

**FACULDADE DE PEDAGOGIA COMUNITÁRIA DA SERRA
REDE DE ENSINO DOCTUM**

**DAIANY SILVA NUNES
IVONE DE ALMEIDA VASCONCELOS**

**AFRODESCENDÊNCIA: TRABALHANDO A DIVERSIDADE
ETNICORRACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

SERRA/ES

2013

DAIANY SILVA NUNES
IVONE DE ALMEIDA VASCONCELOS

**AFRODESCENDÊNCIA: TRABALHANDO A DIVERSIDADE
ETNICORRACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Faculdade de Pedagogia Comunitária da Serra - Rede de Ensino Doctum, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Ms. Dorcas Rodrigues Silva de Recamán

SERRA/ES
2013

**DAIANY SILVA NUNES
IVONE DE ALMEIDA VASCONCELOS**

**AFRODESCENDÊNCIA: TRABALHANDO A DIVERSIDADE
ETNICORRACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade Comunitária de Pedagogia da Serra - Rede de Ensino Doctum, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovada em ___/___/_____ pela banca composta pelos professores:

Professora Ms. Dorcas Rodrigues Silva de Recamán

Professor Dr. Eduardo Viana Gaudio

Daiany Silva Nunes
Ivone de Almeida Vasconcelos

DEDICATÓRIA

Aos nossos queridos pais, que nos deram forças
para que chegássemos até aqui...

À eles toda a nossa dedicação...

De tudo que somos hoje...

AGRADECIMENTO

Daiany

Em primeiro momento quero agradecer a Deus, que me deu forças para chegar até o final, em meio a muitas lutas e dificuldades. A Ele toda Honra seja dada!

Aos meus pais amados Marlene e Wilson, que se dedicaram e me apoiaram em todos os momentos destes quatro anos consecutivos. A eles todo o meu carinho e respeito.

Agradecer a nossa Orientadora, a Professora Msc. Dorcas Recamán, pela paciência, dedicação, e responsabilidade conosco. Pelo o apoio primordial e satisfatório. A ela meu meus sinceros agradecimentos! A minha querida irmã Daniela, pelo carinho, e ajuda com os livros emprestados da UFES.

Aos nossos familiares e amigos que de maneira recíproco, estiveram sempre me apoiando, me incentivando. Ao meu amado Wilson Luciano, pela compreensão. A minha parceira Ivone pelo carinho e confiança!

Ivone

Agradeço a Deus pela conquista. Tu és soberano e suficiente na minha vida. As dificuldades foram muitas e as alegrias também, e em todos os momentos pude ter a certeza que o Senhor esteve comigo, o que mim fez mais confiante na vitória. Obrigada Senhor por ter mim permitido chegar até aqui.

Aos meus pais Olerino e Letícia pelo carinho e dedicação. Ao meu esposo Alex pelo apoio, companheirismo, paciência e compreensão. A minha filha Hadassa, presente de Deus para minha vida. Aos meus irmãos e irmãs pela ajuda. A minha sogra Rosane pelas orações e palavras otimistas. A minha amiga Daiany Nunes pela compreensão, auxílio e carinho.

[...] o preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre os alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado.

Kabengele Munanga

RESUMO

A pesquisa que será apresentada traz como estudo o tema em debate; Afrodescendência: Trabalhando a Diversidade Etnicorracial na Educação Infantil. Que teve por problematização: **quais são as contribuições que o professor pode utilizar em sua prática profissional para o enfrentamento do trabalho ao preconceito etnicorracial na educação infantil?** Para que possamos compreender o papel do professor diante da diversidade cultural e racial dentro da sala de aula, e análise dos reflexos desse trabalho na formação social da criança. Em meio ao estudo de pesquisa, pudemos perceber e conhecer as pluralidades dentro da escola, também analisamos as causas do preconceito etnicorracial, e refletimos sobre o papel da escola/professor na constituição de um cidadão étnico, consciente e sociável. Em nossos objetivos específicos, buscamos; Conhecer as pluralidades dentro da escola; Conhecer e analisar as causa do preconceito etnicorracial; Refletir sobre o papel da escola/professor na constituição de um cidadão étnico, consciente e sociável; Analisar o comportamento das crianças ante a diversidade racial dentro de sala; Propor ações de trabalhos ante as diversidades dentro da escola. O tipo de pesquisa que utilizamos foi à descritiva exploratória, onde dispusemos de entrevista com professores, entrevista com pai de criança negra, isso realizado no Centro Educação Municipal Infantil “João Pedro de Aguiar”. E para aprofundamento de nossos dados e pesquisas usamos como base teórica, Kabengele Munanga, Eliane Cavalleiro, Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais, Patricia Rufino.

Palavras-chaves: Etnicorracial. Professor. Educação Infantil.

ABSTRACT

The research will be presented as a study brings the topic under discussion; African descendants dence: Working the ethnic and racial diversity in Early Childhood Education. Had by questioning: which are the contributions that teachers can use in their professional practice to face the prejudice ethnicorracial work in early childhood education? In order to understand the role of the teacher in front of the racial and cultural diversity within the classroom, and analysis of the consequences of this work in the social formation of the child. Amid the research study, we perceive and know pluralities within the school, we also analyze the causes of prejudice ethnicorracial, and reflect on the role of the school / teacher in the constitution of a national ethnic, conscious and sociable. In our specific objectives sought; Know pluralities within the school; investigate and analyze the causes of prejudice ethnicorracial; Reflect on the role of the school / teacher in the constitution of a national ethnic, conscious and sociable; analyze the behavior of children versus diversity racial in room; Propose actions work against diversity within the school. The type of research that was used for descriptive exploratory, where we arranged interviews with teachers, interview with the father of black children, it carried out in the Municipal Children's Education "João Pedro Aguiar". And to further our research and data used as the theoretical basis, Kabengele Munanga, Eliane Cavalleiro, Guidelines and Actions Educational Relations Etnicorraciais, Patricia Rufino.

Keywords: Ethnic-racial. Teacher. Early Childhood Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades.
CONAE	Conferência Nacional de Educação.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
CD-ROM	Disco Compacto que contém dados lidos por um computador.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MEC	Ministério da Educação.
UFG	Universidade Federal de Goiás.
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Criança Negra.....	19
Fotografia 2: Retrato da família real.....	23
Fotografia 3: Fotografia dos Quilombos.....	26
Fotografia 4: Salas de aula do CMEI “JOÃO PEDRO DE AGUIAR”	42
Fotografia 5: Pátio do CMEI “JOÃO PEDRO DE AGUIAR”	43
Fotografia 6: Sala de aula do CMEI “JOÃO PEDRO AGUIAR”	43
Fotografia 7: Refeitório do CMEI “JOÃO PEDRO DE AGUIAR”	44
Fotografia 8: Pátio e área de areia do CMEI “JOÃO PEDRO DE AGUIAR”	45

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Instituições, que oferecem o aperfeiçoamento sobre as relações eticorraciais.....	35
--	----

SUMÁRIO

1- INICIAÇÃO DA TEMÁTICA.....	13
2- CAPÍTULO I – O CONTEXTO HISTÓRICO DOS AFRO-BRASILEIROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	17
3- CAPÍTULO II – A CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS REFLEXOS DO RACISMO ESCOLAR.....	28
4- CAPÍTULO III – A BASE DA LEI 10.639/03 EM RELAÇÃO AO TRABALHO DO PROFESSOR.....	32
4.1 A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 EM RELAÇÃO AO TRABALHO DO PROFESSOR.....	34
5- CAPÍTULO IV – CONTEXTO DA PROLEMÁTICA: QUAIS SÃO AS CONTRIBUIÇÕES QUE O PROFESSOR PODE UTILIZAR EM SUA PRÁTICA PROFISSIONAL PARA O ENFRENTAMENTO DO PRECONCEITO ETNICORACIAL NA EDUCACAO INFANTIL?	38
6- CAPÍTULO V – MÉTODO DO TRABALHO DE PESQUISA.....	42
6.1 O CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL INFANTIL “JOÃO PEDRO AGUIAR”.....	43
6.2 ANÁLISE DOCUMENTAL DO PLANO DE AÇÃO DO CMEI “JOÃO PEDRO AGUIAR” 2013.....	47
6.3 A VISÃO DOS PROFESSORES.....	51
6.4 A VISÃO DOS PAIS.....	61
7- CAPÍTULO VI – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	65
8- CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
9- REFERÊNCIAS.....	69
10- APÊNDICES.....	72
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	76
APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO APLICADO AO PAI.....	77
APÊNDICE C- A LEI 10.639/03.....	78

1- INICIAÇÃO DA TEMÁTICA

A escolha da temática para a realização dessa pesquisa foi algo que havíamos pensado no decorrer dos três anos do curso. Nesse percurso, desenvolvemos um projeto, cujo tema era “Trabalhando a Diversidade Etnicorracial na Escola”, para ser apresentado à disciplina Estágio Supervisionado II, o que nos aproxima muito da realidade vivida na escola quanto a essa questão étnica.

Quanto ao referido projeto, teve como objetivo propor para as crianças da Educação Infantil a valorização e o respeito pelas diversidades. Sendo que, trabalhar essa temática Afro-Brasileira na primeira etapa da Educação Básica, que é de fato a Educação Infantil, nos levou a pensar, e a elaborar de forma bem cuidadosa as atividades a serem aplicadas dentro daquele projeto, que estava em execução.

Sabendo que a Educação Infantil, é um dos primeiros contatos na vida social da criança, então de fato a criança, precisa ser incluída dentro de um ensino que se preserve a igualdade, e combata à desigualdade social. Levando em consideração que na escola, um dos profissionais da educação mais próximos dos alunos, são os professores, então cabe a eles ensinar as crianças, em relação às questões etnicorraciais, dentro de sala. Diante desse fato buscamos analisar **quais são as contribuições que o professor pode utilizar em sua prática profissional para o enfrentamento do trabalho ao preconceito etnicorracial na Educação Infantil?**

O levantamento de dados foi sobre o trabalho do professor em sala de aula, seguido por enfrentamento do preconceito etnicorracial dentro da Educação Básica.

Os professores da Educação Básica, devem sempre priorizar as questões sobre a “História e Cultura Afro-Brasileira” e africana em suas aulas, contar sobre os quilombos (entre outros). Para que desde o início com o meio social, as crianças possam começar a entender que são diferentes umas das outras, mas que todos têm os mesmos direitos, e essas diferenças devem ser convidadas e respeitadas.

Quando tivemos a oportunidade de aplicar o referido projeto, pudemos perceber o quanto se faz necessário, e quanto é interessante pesquisar a temática etnicorracial na Educação Infantil.

Percebemos que as crianças sentem o preconceito contra elas, e se enxergam inferiores às outras crianças da sala. Questionavam quanto às diferenças físicas, como; a cor da pele, dos olhos, os cabelos enroladinhos, dentre outros. Concluimos que as crianças já desde cedo sabiam que existia algo que as faziam ser motivo de piadas, brincadeiras, chacotas, apelidos... Mas por quê?

Priorizando nossos estudos em relação a alguns teóricos, podemos ressaltar que dentro da sala de aula, existe um ambiente onde reflete múltiplas pluralidades culturais do nosso país. E além das muitas diferenças de etnia, gênero, também misturam valores, crenças e costumes, que devem ser trabalhados de formas sistematizadas, pelos educadores.

Essas diferenças nos levam muitas vezes à percepção do preconceito (entende-se por preconceito uma ideia preconcebida sem razão objetiva ou refletida), contra o próximo. O preconceito pode ser implicado sob duas formas de discriminação racial, que mais adiante escreveremos a respeito dessa realidade.

O preconceito, também advém muitas vezes do ambiente familiar, começa de dentro de nossas casas, onde os pais passam valores distorcidos do que deve ser passado e priorizado aos filhos.

A família é a base que a criança tem em sua vida, principalmente quando está iniciando no mundo, onde iram questionar diversas questões na qual não estão acostumados a conviver e ver. Portanto a criança precisa de um ambiente aonde deve ser estabelecida o suporte, para ter uma socialização digna de valores e princípios éticos e morais, que um cidadão necessita para conviver em sociedade. Tendo isso como princípio cabe à família em primeiro momento da vida da criança, trabalhar a discriminação com todos os residentes da casa, para que não atinja a

criança. Pois a família discrimina e acaba transmitindo isso para as crianças desde muito cedo. E muitas vezes o preconceito vem da família da criança, e não da criança.

Seguindo essa relação de escola/professor e família, sabemos que cada um tem seus respectivos papéis para com a criança. A família educa, passa valores relativos, e constrói o caráter da criança. Já a escola, ensina, educa de forma sociável, e ajuda na construção de um ser mais consciente, para com a sociedade brasileira.

Por isso tanto a família, quanto os profissionais da educação, devem estabelecer referências relativas e positivas à formação do histórico cultural da criança. Para que não venham ocorrer “*conflitos*” (*grifo nosso*), posteriores.

O texto que produzimos foi composto por oito capítulos. Sendo que no **I capítulo**, relataremos sobre o preconceito etnicorracial com crianças da Educação Infantil, onde não devemos deixar adormecida a história e a cultura dos negros no Brasil. E em primeiro momento de nossa pesquisa, relataremos um pouco sobre esta história nos tempos da escravidão, o sofrimento das crianças negras. Para conhecimento de fato como todo o processo discriminatório começou.

No **II capítulo**, após nos reportarmos aos tempos da escravidão, relataremos as implicações que os tempos remotos trouxeram as crianças negras de nossa sociedade, no contexto atual dentro da Educação Infantil.

No **III capítulo**, seguindo adiante, a atualidade trouxe consigo a alteração da Lei 9.394, para 10.639/03, que tem como objetivo incluir no currículo escolar, a temática oficial na rede de ensino: “História e Cultura Afro-brasileira”. E nosso intuito é que os profissionais de educação, realmente apliquem esta temática de forma correta em suas aulas, valorizando a história e a cultura dos afrodescendentes, que são uma grande parte da população. Por isso descreveremos como o professor contribui para o enfrentamento antirracista em suas aulas.

No **IV capítulo**, relataremos o nosso problema, **quais são as contribuições que o professor pode utilizar em sua prática profissional para o enfrentamento do trabalho ao preconceito etnicorracial na Educação Infantil?** Em nossa pesquisa, qual foi o papel do professor e se o professor aplica a atual Lei 10.639/03, em suas práticas pedagógicas.

No **V capítulo**, trataremos sobre a metodologia que utilizamos que foi a descritiva exploratória o levantamento de dados, e a contextualização da pesquisa. E explicaremos o método que foi utilizado, mais detalhadamente.

No **VI capítulo**, relataremos brevemente sobre onde foi feita a nossa pesquisa de campo, que foi realizada no CMEI “JOÃO PEDRO DE AGUIAR”. E descreveremos um pouco sobre a instituição, e a sua estrutura física.

No **VII capítulo**, abordaremos os dados, que foram levantados em nossa pesquisa, apresentaremos e discutiremos as análises feitas.

Seguindo adiante nas **considerações finais**, relaremos a experiência que a pesquisa nos proporcionou, o aprendizado, e o que modificou em nossa vida com a realização da relacionada pesquisa. O que foi relevante para nossa vida acadêmica e profissional.

2- CAPÍTULO I. O CONTEXTO HISTÓRICO DOS AFRO-BRASILEIROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O início deste contexto histórico dos Afro-Brasileiros está retratado nos diferentes lugares da história da educação brasileira. Tanto nas escolas, quanto dentro de todos os lugares que constituem a sociedade brasileira.

O contexto que apresentaremos aqui está posto entre os anos de 1988 até os dias atuais, no recorrente ano de 2013. E entende-se assim que a educação sofre diferentes ações das políticas públicas.

Baseado em estudos da Constituição Federal de 1988, anos antes, a Educação Infantil era vista como órgãos vinculados a assistência social e a saúde, sendo utilizado para cuidar das crianças enquanto as mães trabalhavam fora de casa. Segundo Oliveira, 2010, p. 43, afirma que:

A creche historicamente vista como refúgio assistencial para a população desprovida de cuidados domésticos, tem definido a infância como questão de ordem privada e não tem considerado devidamente a comunidade maior como corresponsável pela educação dos pequenos.

Ainda nos estudos relacionados à Constituição Federal encontra aqui que antes, não havia nenhuma preocupação com a educação das crianças nesta faixa etária da Educação Básica, com aumento das mulheres ao mercado de trabalho, tenha visto que a mão de obra masculina estava na lavoura e as fábricas criadas na época estavam precisando da inserção das mulheres no mercado de trabalho, e com isso surgiu o problema onde as mulheres deveriam deixar as crianças, sendo assim elas recebiam cuidados, sem função educativa apenas recreação esses cuidados eram para recompensar a carência das mães.

Com a ascensão da mulher no mercado de trabalho e a democratização da sociedade brasileira contribuíram para que diversos movimentos fossem surgindo,

cada um desses reivindicaram melhores condições de vida, como transporte coletivo, saneamento básico, habitação e principalmente a educação.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL.1996), em relação à Lei 10.639/03, atualmente as creches são reconhecidas com o objetivo educacional, diferente de um passado onde eram reconhecidas com a finalidade de assistência social. Como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido no sistema de ensino. Passando a se incorporar a área da Educação, com isso a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208, no inciso IV diz que “atendimento em creche e pré-escola as crianças de 0 a 6 anos de idade”.

Desta maneira foi preciso criar novas leis que regularizam a Educação no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL.1996), que organiza a Educação no território brasileiro afirmando a educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica. De acordo com seus artigos reafirma que:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A educação infantil será oferecida em:

I – Creche, ou entidades equivalente, para crianças de até três anos de idade;

II – Pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade.

É importante ressaltar que as leis acima referidas são resultados de um longo processo histórico e social. Relacionando com o período colonial, a educação das crianças era oferecida em casas e em instituições religiosas, muitas crianças eram abandonadas, sendo em sua maioria pobres e filhos de senhores com mulheres escravizadas.

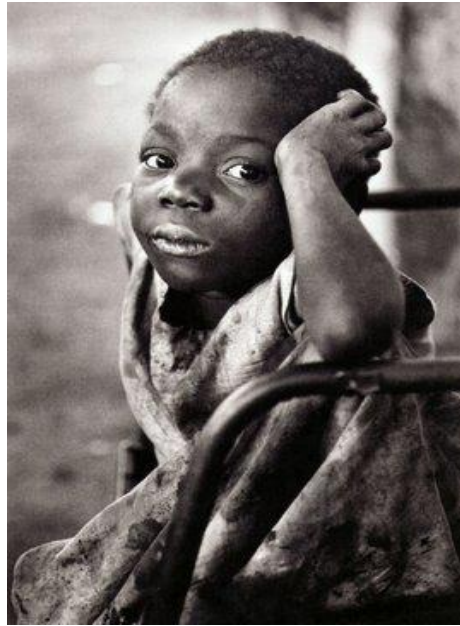
Foi criada a roda pelas mulheres escravizadas para livrar as crianças do cativeiro e dos senhores. E referente a essa questão relacionada acima, podemos afirmar segundo, MOTT (apud, Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, 2006, p.31), que:

A partir do alvará de 31 de janeiro de 1775, as crianças escravas, colocadas nas rodas eram consideradas livres. Este alvará, no entanto foi letra morta e as crianças escravas eram devolvidas aos seus donos, quando solicitadas, mediante o pagamento das despesas feitas com a criação.

Contudo as crianças negras eram as que mais sofriam e sofrem nesse processo de ensino no país, pois perdiam sua infância cedo, logo eram inseridas no mundo dos adultos, desde então tinham que trabalhar cedo sua educação estava restrita apenas as tarefas demandadas pelos senhores que antecipavam as exigências e responsabilidades dos adultos, pois elas eram vista com “*adultos em miniaturas*” (Philippe Aires, 1981).

Levando em conta leituras das revistas Construir Notícias (2003, 2006), a criança negra vivia em condições precárias e escravizadas, pelo fato de desde muito cedo serem obrigadas a trabalhar. O que deveria ser diferente, porque a criança deve brincar ser feliz, ir para a escola aprender e estudar. E nas condições que se encontravam as crianças negras nos antigos tempos dos anos de 1988, eram totalmente escravizadas. Os pequenos não tinham nem “*direito de ser crianças*” (revista Construir Notícias), era a realidade vivida naquela época.

Mediante as condições dessas crianças, antigamente, e que reflete ainda em suas vidas hoje, a fotografia abaixo, não vem só para ilustrar a imagem de uma criança, triste e em condições desfavoráveis. Mas para mostrar e sensibilizar, o que o olhar desta criança, reflete em sua vida? Consegue perceber que é apenas uma criança? Indefesa e precisando de carinho, e reconhecimento diante de uma sociedade racista? Pois é, esse olhar triste merece muito respeito e dignidade.



Fotografia 1. Foto de criança negra, tirada por Sebastião Salgado (1994).

Mesmo com a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, os negros ainda não estão “livres” (*grifo nosso*), pois a todo o momento são coagidos pelos padrões ditos “perfeitos” (*grifo nosso*), isso indagado pela sociedade brasileira. Que sempre priorizou o estereótipo branco europeu.

Segundo Munanga, (2008), o convívio do negro dentro da sociedade brasileira leva a condições que nunca foram muito favoráveis a eles, devido ao seu passado escravista e desumano. Por terem sido escravos desde crianças, ostentam uma figura imposta pela sociedade como que “*não serviam para nada*” (e ainda de fato *não servem grifo nosso*). Isso imposto tanto antigamente, quanto atualmente pela sociedade altamente racista.

E ainda outros termos pejorativos são levantados pela sociedade como; não são “capazes”, “*não*” (*grifo nosso*), podem ter o futuro digno que eles merecem, e são taxados de burros, macacos, feios, maus, pobres, ladrões e marginais, relacionam os, como sujos também. E ninguém quer se sentir menosprezado e renegado, muito menos as crianças que ainda estão aprendendo com as diversidades, em um país que é podre de cultura e aprendizado. “*Fica inevitável não se sensibilizar por essas*

lindas crianças negras, pelo o que elas sofrem dentro dessa sociedade” (grifo nosso).

E esse passado que os negros trazem, faz com que as crianças reneguem as suas origens, muitas vezes por vergonha, medo, insegurança e zombarias. E ainda assim, fica difícil para elas pensarem em um futuro transformador e inovador. Pelo fato da discriminação etnicorracial, que ainda persiste nos dias atuais, em uma sociedade que vive em um mundo desatualizado para as diversidades. E como diz Muszkat (apud MUNANGA, 2008, p. 116), a criança, “reconhecer-se no passado e imaginar-se no futuro”.

Mas como essas crianças vão reconhecer um passado hostil, onde pelas características físicas, e diferenças de classe social escravizavam os negros. Que apanhavam, e eram vendidos como mercadorias ou objetos, onde também eram trocados, por seus senhores de escravos.

E sem contar que as mulheres “*só serviam*” para lavar, passar, servir seus donos, e ainda eram alvo de “*diversão*” para seus senhores. Porque muitos usavam as mulatas para um relacionamento sexual e abusivo, no qual muitas vezes obtinham filhos com elas.

E ainda priorizando o pensamento de Muszkat (apud MUNANGA, 2008), para as crianças essa desigualdade opressiva, não faz com que se reconheçam no passado. E no futuro muito menos, pois se não houver, movimentos mundiais, debates, Leis, que cada vez mais proporcionem uma educação igualitária a todos, infelizmente o futuro do nosso país será de cidadãos negros oprimidos e excluídos dos “*padrões nacionais*” (grifo nosso), impostos pela sociedade e mídia.

Enquanto houver omissão dos valores etnicorraciais, existirá preconceito. Por isso, devemos relatar toda a trajetória escravista. Explicar e sistematizar a todo o momento do antirracismo brasileiro.

Somos um povo multirracial, e precisamos encontrar argumentos e contextos que nos aproximam e atualizam as ideias da sociedade. Levando as relações etnicorraciais de maneira mais explícita, e não de maneira implícita.

Em abordagens de Os negros e a escola brasileira, em relação a esse contexto de levar adiante as relações etnicorraciais, não é o que se ostenta. E o que constatamos nos livros, nos cartazes, campanhas publicitárias não é a valorização da cultura e história dos povos negros. Há discriminação, sempre o que predomina é o estereótipo branco europeu. É sempre o “*branquinho de olhos azuis*”, o “*loirinho e bonitinho*” (*grifo nosso*). E porque não um afro-brasileiro, um indígena. Devido a estas atitudes devastadoras, Silva (apud OS NEGROS E A ESCOLA BRASILEIRA, 1999, p.37), deixa claro que:

Evidenciei uma depreciação ostensiva nos diálogos e ilustrações. Personagens brancos em atitudes de zombaria e agressão física e verbal ao negro, bem como castigando-o ou aditando atitudes paternalistas. Provérbios num contexto depreciativo sobre o negro aparecem nos textos, bem como a existência de cor preta associada a negro ter sido apresentada como um castigo de Deus e a presença de personagens pretos rejeitando explicitamente a sua cor. Algumas vezes a prática social do racismo velado e subliminar, presente no cotidiano, foi desmentida pela presença de estereótipo e preconceitos que de forma explícita evidenciaram o racismo.

E não podemos deixar perder o valor no qual foi constituído o povo brasileiro, devemos valorizar nossas origens. Pois tudo que a população negra sofreu, suportou, carregou e ainda carrega consigo, não foi em vão. Foi para mostrar ao país que somos um povo de raça digna de respeito e admiração.

E conforme consta, o tráfico negreiro era assustador antigamente, por motivo da cor da pele escura? Infelizmente sim, é repugnante saber que segundo a Revista Construir Notícias, (2006, p. 26), aponta que:

Os ancestrais dessa população foram trazidos da África para o Brasil como escravos. Entre 1550 e 1850, quando o tráfico foi oficialmente extinto (Lei Eusébio de Queirós), chegaram ao Brasil cerca de 3,6 milhões de africanos escravizados, segundo cálculos do IBGE. O tráfico era um empreendimento organizado e extremamente lucrativo, realizado principalmente por portugueses, espanhóis,

ingleses e franceses. Muitos países europeus se beneficiaram do comércio de africanos, já que uma grande parte de seus produtos – principalmente tecidos – eram usados na troca por escravos no continente africano. Os escravos tornavam-se propriedade de seus senhores e eram obrigados – frequentemente à custa de terríveis castigos – a trabalhar até a exaustão.

Muitos brasileiros esquecem ou fingem esquecer-se da história do nosso Brasil, e que provavelmente sem a África, sem o povo negro não existiria o Brasil. Toda a cultura que herdamos tem um pouquinho do toque dos africanos nela, muitas são até bem reconhecidas, pelo fato da qualidade que prezam.

Mas não pensam que isso tudo venha dos povos afro-brasileiros. E ainda rejeitam os negros, pela falta de caráter e conhecimentos, e Larkin Nascimento, (2001, p. 65), afirma que:

Pelo menos desde a Abolição da Escravatura, desenvolveu-se no Brasil, na educação e nos meios de comunicação principalmente, um processo de desvalorização da contribuição do negro, sob o ponto de vista branco e europeu. Assim, só é sério e importante o modo de ser de origem europeia: os produtos culturais do negro são considerados apenas exóticos, engraçados, estranhos, pitorescos. Em contrapartida, a elite dirigente, quando quer, para consumo externo, classificar algo como tipicamente brasileiro, recorre à cultura negra e à sua simbologia, como são os casos do traje de “baiana”, das comidas típicas, do samba e do “futebol-espetáculo”. O Brasil é um país múltiplo, onde descendentes de europeus, africanos e índios convivem, mas cada grupo mantém seu jeito, seu modo de ser, sua identidade cultural.

Conforme consta nos livros escolares é que a princesa Isabel (1846-1921) foi uma heroína nacional, a redentora que sancionou a Lei Áurea em 13 de maio de 1888, libertando os negros da escravidão. Mas a Revista Istoé, (2013, p. 106), levanta polêmica contra a princesa Isabel:

No momento em que até se cogita a sua canonização, o livro “O Castelo de Papel” (Rocco), da historiadora Mary Del Priore, desfaz essa imagem de santa progressista. Com base em documentos inéditos dos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Museu Imperial, em Petrópolis, Mary sacramenta o que outros estudiosos respeitavam: a herdeira do trono não defendia as causas sociais nem se indignava contra os açoites recebidos pelos escravos. Era apenas isso: uma mulher mais preocupada com a família e a sustentação da realeza.

Falar sobre o que vem a nossa memória sobre o processo histórico, e também sobre a Lei do Ventre Livre, que libertava os filhos dos negros da escravidão, nos faz pensar. E para que possamos contribuir para trazer a nossa memória, a fotografia abaixo relembra a família real.



Fotografia 2. Em família Princesa Isabel (de pé), junto do marido, o conde D'Eu (ao centro), e do pai, dom Pedro II (sentado à dir.). Revista Istoé (2013).

E conforme consta a jornalistas da Revista Istoé deste recorrente ano (2013), “na prática a princesa não comprovava o que teria lutado para emancipar não era nada lisonjeiro”.

A Revista levanta uma **“hipótese”** (*grifo nosso*), muito marcante e sem dúvida confusa para a população na qual habitamos. E a sociedade como conhecedora de histórias antigas na escola, a princesa Isabel era destaque e era sempre elogiada por sua generosidade e afeição aos negros. E essa questão apontada ainda está em incógnita na sociedade, trazendo dúvidas. Será que a **“Redentora”**, ostentava uma imagem falsa, do seu apresso aos negros? Realmente implica com a ética de nosso país.

E ainda priorizando a atualidade do contexto histórico de nossa pesquisa, podemos constatar também que; no dia em que se comemora o dia da Abolição da Escravatura, algumas escolas e cidades priorizam a Lei 10.639/03, e ainda atuam em prol da questão étnica, e veem como é importante a data de 13 de maio ser

lembrada para o nosso país. Pela conquista à liberdade de todos os escravos negros!

E neste presente ano de 2013 no dia 13 de maio (que foi o dia da abolição da escravidão, só que em 1888), ainda percebermos que algumas cidades se importam com a cultura e origem de nosso país. E pretendem de alguma forma trazer a rica história que os antepassados deixaram sobre os negros que eram escravizados. E com a Abolição da Escravidão completando 125 anos no ano de 2013, de acordo com o site do Globo Notícias, 2013, destaca que:

Em Rio das Ostras RJ, recebeu exposição para celebrar os 125 anos da abolição da escravidão no Brasil. O objetivo é relembrar o passado e mostrar a importância do negro na história do país. Entre as peças estão objetos encontrados há menos de 10 anos, durante escavações no Centro da cidade. São artigos que eram usados para torturar os negros, como chicotes e grilhões. A exposição aconteceu na Casa de Cultura Bento Costa Junior, no Centro de Rio das Ostras.

E ainda priorizando site Globo Notícias, os negros de nosso país com certeza ficam lisonjeados, com atitudes de Cidades que recontam de alguma forma a trajetória árdua deles. E que estão sendo lembrados, e que hoje em dia pode-se falar, debater mais sobre a temática Afro-Brasileira, como vimos no site do MEC. Assim aos poucos os negros vão tomando seu espaço normalmente dentro da sociedade, como deveria sempre ter sido.

Mas ainda temos esperança nas Políticas Públicas de nosso país, para reconhecimento gradualmente de questões etnicorraciais, quilombolas e africanas.

De acordo com um vídeo, sobre a campanha Infância sem Racismo realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), por sermos um povo multirracial (*onde se misturam diversas raças e culturas, campanha UNICEF*) antigamente não se entendia muito, sobre o nossa origem, nossas culturas. Hoje falar no Brasil, sem falar dos negros não faz sentido, pois todos têm uma mistura de raças. É como diz Sueli Carneiro (Instituto da Mulher Negra), “somos um país de cultura negra, para desespero dos racistas”.

E tudo que eles deixaram lá traz é refletido hoje na sociedade, nossa cultura se interliga à África e aos antepassados. Então em 1989 ainda era difícil pensar nessa mistura, mas é essa mistura de povos que nos torna Brasileiros. E Graça Aranha (apud PRETO NO BRANCO, 1989, p. 109) em sua obra, faz uma crítica dizendo que:

Somos um povo novo; ainda não temos uma verdadeira significação histórica. Que somos um produto de várias raças, é sabido; mas que não somos só o resultado do cruzamento do português, do índio, do africano, também é certo. Estes elementos clássicos da nossa formação são cada dia perturbados por outras forças, que vão chegando ao nosso solo. O tipo nacional não se pode fixar com as misturas diversas que vão minando; e o caráter brasileiro permanece uma incógnita.

Não podemos deixar de reafirmar também sobre as comunidades Quilombolas, e mediante ao termo quilombo Rufino, (2007, p. 68) relata:

Ao se pensar em quilombo, necessitamos refletir sobre o imaginário que o termo nos reporta. Precisamos entender que, muitos anos depois, desde Palmares – o primeiro e único quilombo reconhecido por décadas – temos reforçado no interior das lutas dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro, a característica de quilombo como símbolo de resistência e organização política.

E segundo a Revista Construir Notícias – Relações etnicorraciais (2006), os quilombos também serviam de refúgio, para que os escravos pudessem se esquivar da vida de presunção que viviam. E por serem consideradas aldeias, deram um grande avanço para a obtenção da liberdade e refúgio dos negros que conseguiam fugir dos seus donos. Sendo assim, a fotografia abaixo ilustra como eram os Quilombos:



Fotografia 3. As casas nos quilombos eram cobertas com folhas de palmeiras e erguidas com material tirado da própria natureza. Revista Construir Notícias (2006).

E de acordo com o site da Fundação Cultural dos Palmares, ainda possuem essas comunidades no Brasil, e mediante a esse fato histórico, de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, afirma que os quilombos são: “grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. As comunidades quilombolas no Brasil são múltiplas e variadas e se encontram distribuídas em todo o território nacional, tanto no campo quanto nas cidades.

Segundo os dados da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura, de acordo com o Governo Lula, a Fundação Cultural Palmares emitiu certificados de autodefinição para 1.573 comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil e concentradas, principalmente, nos estados do Maranhão, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Pará. Após a certificação, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) adota os procedimentos necessários para a emissão do título definitivo de propriedade.

3- CAPÍTULO II A CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS REFLEXOS DO RACISMO ESCOLAR

Na primeira etapa da Educação Básica é considerado que, seja competência dos municípios zelar por um ensino de qualidade, para todos sem exceção. É a etapa que das crianças de 0 a 6 anos de idade.

E na LDB do Estatuto da Criança e do Adolescente, consta que, as crianças nesta faixa etária, devem por lei estarem inseridas em um ambiente escolar, público ou privado. O que em nossa realidade atual, nem sempre, todos têm acesso à educação.

Segundo o pensamento de Vygotsky, (1989, p. 99) “o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daquelas que a cercam”. Sendo o início de sua vida, tanto escolar quanto social, é na escola onde a criança tem seu primeiro contato com o outro grupo social, que não seja a família, grupo este de múltiplas culturas, valores, crenças e etnias, onde também surge o racismo. Essa modalidade de ensino é uma das ferramentas necessárias para que haja uma socialização.

Acreditamos que é nesta faixa etária de 0 a 6 anos de idade, que de fato a criança começa a se socializar, primeiro em casa e em segundo ambiente na escola, é aonde ocorre às primeiras interações sociais de um indivíduo. Cabe à família em primeiro momento mostrar todos os valores estabelecidos para a educação de uma criança, digna de princípios, para que em segundo momento sejam mostrados outros valores, só que dentro do ambiente escolar, assim estará contribuindo para construção do caráter dessa criança.

Levando em consideração as relações raciais na faixa etária de 0 a 6 anos, de acordo com, Hédio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012 relata:

Os estudos de mestrado e de doutorado que tratam das relações raciais na faixa etária de 0 a 6 anos apontam que há muitas situações de discriminação que envolvem crianças, professores, profissionais de educação e famílias. Isso é a prova de que a concepção de que na educação infantil não há problemas raciais é uma falácia. Portanto temos que fazer uma intervenção nessa etapa da educação básica, pois esta é uma fase fundamental para a construção da identidade de todas as crianças.

Seguindo as argumentações de Cavalleiro, (2011), lembrando que a escola é responsável pelo aluno sim, mas a educação dessa criança cabe somente aos pais. Muitas vezes a família esquece os papéis e inverte, deixando toda a responsabilidade do educar com a escola. Mas cada qual deve estabelecer suas relações devidas com a criança, onde ambos trabalham em sintonia e entrosamento para que haja um consenso.

A sociedade brasileira ser totalmente desvalorizadora das relações etnicorraciais, a escola e família tendem a priorizar essa questão na vida das crianças.

Seguindo essa relação que a sociedade impõe em cima dos negros, Munanga (2008), cabe à escola e o professor incentivar a desconstrução desses valores medíocres. Trabalhando o racismo em sala de aula, para que sejam estabelecidas atitudes favoráveis às diversidades étnicas, e precisa ser um trabalho sistematizado pelo professor. Pois em relação à criança, Klinberg (apud MUNANGA, 2008, p. 23), afirma que:

Quanto mais as crianças tiverem conhecimento de que os argumentos usados para provar a inferioridade de outras raças foram desmentidos, mais fortemente hábitos e atitudes de aceitação e integração do diferente elas irão desenvolver.

Se não houver um trabalho voltado para as questões Afro-Brasileiras em sala de aula, e em casa, acabar com o preconceito vai ser difícil. Cada qual devem educar seus filhos e prepara-los para o ambiente escolar, e o que ele (a) irá encontrar na creche, e sempre o orientar.

Com base na teoria de Vygotsky, a socialização das crianças no meio em que vivem pode acarretar desrespeito e intolerância por ambas as partes, professor/aluno, aluno/aluno, logo que conviver com as diferenças seja algo complicado tanto para os adultos como para crianças que estão na fase da descoberta, e Vygotsky afirma que estão no “estágio de formação de uma identidade cultural, histórico e social”, é muito difícil para elas compreenderem as diversas diferenças existentes no mundo em que estão inseridas.

Nestes primeiros contatos com o mundo social que a criança vai conhecer e desenvolver suas capacidades e habilidades tanto intelectual, afetiva, cognitiva e motor. E a interação nesta faixa etária é de extrema relevância, e Cavalleiro (2011, p. 16 e 17), destaca:

Assim, interagindo com outros, a criança aprenderá atitudes, opiniões, valores a respeito da sociedade ampla e, mais especificamente, do espaço de inserção de seu grupo social [...]. O contato com outras crianças de mesma idade, com outros adultos não pertencentes ao grupo familiar, com outros objetivos de conhecimento, além daqueles vividos pelo grupo familiar vai possibilitar outros modos de leitura do mundo.

A criança fica coagida em conhecer o mundo fora do seu contexto familiar, pois ele representa algo novo causando medo devido tantas diversidades culturais, raciais, de gênero e sexualidade. Essa socialização deve ser trabalhada no cotidiano escolar, pois a criança já é persistente em aceitar o outro.

Em relação a Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006), prioriza o afeto em relação aos professores de Educação Infantil, portanto na educação infantil que devemos cuidar e educar uma criança, pois é nesta fase que o caráter é desenvolvido e construído, de forma que os acontecimentos ao redor do mundo em que a criança está inserida tudo é caminho para a contribuição desse caráter. Por ser uma etapa do ensino escolar, como dando início ao ingresso de uma criança dentro de uma unidade docente. Tendo por meio dos profissionais da educação um olhar mais crítico, afetivo, amplo, sistematizado e perceptivo do que os outros níveis de ensino.

Relembrando sempre que pelas crianças estarem ingressando em um novo ambiente, precisando de brincadeiras, jogos, músicas, vídeos, entre outros recursos didáticos. E dentro desse contexto é possível trabalhar as questões raciais de forma mais interessante aos olhos das crianças, por isso, retrata-se:

As propostas curriculares da educação infantil devem garantir que as crianças tenham experiências variadas com as diversas linguagens, reconhecendo que o mundo no qual estão inseridas, por força da própria cultura, é amplamente marcado por imagens, sons, falas e escritas. Nesse processo, é preciso valorizar o lúdico, as brincadeiras e as culturas infantis (CNE/CEB, n. 20, 2009).

E por fim o racismo chega às salas de aulas causando um constrangimento e baixa estima as crianças negras, questiona Cavalleiro (2011), “O que significa ser uma criança negra ou branca na relação social que se realiza na escola?”.

Às vezes elas são discriminadas por terem cabelos enroladinhos, a pele mais escura, relacionam a eles com termos pejorativos, as crianças não se identificam com os materiais expostos dentro de sala de aula, personagens de histórias infantis, brinquedos e a omissão dos profissionais em inserirem esse tema no planejamento diário de aula, a não ser no dia 20 de novembro “Dia da Consciência Negra”. E mediante a essa questão de inclusão em sala de aula, Marcha Zumbi dos Palmares, 1995 aponta que:

Refletindo os valores da sociedade, a escola se afigura como espaço privilegiado de aprendizado do racismo, especialmente devido ao conteúdo eurocêntrico do currículo escolar, aos programas educativos, aos manuais escolares e ao comportamento diferenciado do professorado diante de crianças negras e brancas. A reiteração de abordagens e estereótipos que desvalorizam o povo negro e supervalorizam o branco resulta na naturalização e conservação de uma ordem baseada numa suposta superioridade biológica, que atribui a negros e brancos papéis e destinos diferentes. Num país cujos donos do poder descendem de escravizadores, a influência nefasta da escola se traduz não apenas na legitimação da situação de inferioridade dos negros, como também na permanente recriação e justificação de atitudes e comportamentos racistas. De outro lado, a inculcação de imagens estereotipadas induz a criança negra a inibir suas potencialidades, limitar suas aspirações profissionais e humanas e bloquear o pleno desenvolvimento de sua identidade racial [...].

4- CAPÍTULO III A BASE DA LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Priorizando neste capítulo o entendimento da Lei 10.639/03 dentro da Educação Infantil, mostraremos o que se torna mais relevante na questão etnicorracial trabalhados na Educação Básica.

E de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (1996) considera-se que a mesma foi alterada para a Lei 10.639/03, de forma mais atualizada. Observando a LBD, podemos notar que a Lei inscrita em sua consideração, vem trazendo o intuito de orienta todos os cidadãos, sobre todas as questões escolares, de acordo com cada nível de ensino, que os alunos irão passar.

Em estudo da Constituição Federal, tendo em relação que a Educação Básica (Educação Infantil) é onde a criança começa a desenvolver em seu mundo social. E está em construção de uma identidade, o que implica é que o educador abra espaços para as interações acontecerem. Onde sejam dadas oportunidades para a criança se desenvolver, para que depois possa avançar para o próximo nível de escolaridade. Segundo a Lei 10.639/03 no capítulo de numero II no artigo 22, deixa claro mediante a Educação Básica que:

A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Para que este contexto seja priorizado cabe aos professores entender que é na educação infantil em que a criança necessita de um olhar mais afetivo do educador. Como ressalta Vygotsky, “tanto para seu desenvolvimento intelectual, afetivo, emocional, social e histórico cultural. Entrando em um meio escolar, ao longo do processo a criança vai conseguindo construir cada uma dessas etapas em sua vida”.

É na escola também que muitas crianças passam a desenvolver o preconceito étnico-racial, em meio às diversas diversidades étnicas e culturais. Este é um

contexto primordial na Educação Infantil, pois é onde podemos trabalhar a temática desde o princípio.

De acordo com a Constituição Federal, e para que possamos tentar combater o preconceito etnicorracial dentro da primeira etapa da educação básica, a LDB traz a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial de rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Com o intuito de consciência dos profissionais da educação em trabalhar questões Afro-Brasileiras dentro da sala de aula. Consta na Lei de Diretrizes e Bases, no Estatuto da Criança e do Adolescente, (1988, p. 86), a alteração da Lei 9.394 para a Lei 10.639/03:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

E esse enfoque cabe ao contexto escolar para que se produzam novas propostas pedagógicas para serem trabalhadas em relações a questões etnicorraciais no Brasil. Dessa forma o currículo escolar fica inserido nas possibilidades de repensarmos o cotidiano da escola.

Dentro da Educação Infantil já vemos preconceito com o coleguinha sim, e por isso devemos elaborar projetos que trabalhem as diversidades, para que possamos amenizar e construir sujeitos conscientes que respeitem as pluralidades etnicorraciais.

A Lei 10.639/03 também possibilita incentivar professores e outros profissionais do ensino a trabalharem de forma interdisciplinarmente e transdisciplinarmente os diversos conteúdos que possibilitam recontar uma nova história dos afrodescendentes.

Sendo que a Lei 10.639/03 pode ser trabalhada na educação de forma mais simples, incluindo, por exemplo; atividades extracurriculares, nas histórias infantis, músicas, brincadeiras, em projetos, nas aulas de educação física (entre outros).

Assim a Lei 10.639/03, fica sendo incluída dentro do contexto escolar, de forma mais lúdico e simplificada para maior entendimento das crianças de 0 a 6 anos de idade.

Mas nos questionamos, mesmo com a Lei 10.639/03, quais possibilidades de um novo conceito de trabalho dentro dos padrões de uma sociedade brasileira altamente racista? Aonde todo o cidadão independente de características físicas, seja digno de aceitação pela sociedade, mídia, políticas públicas, professores e os demais?

A sociedade é racista, será que essas medidas seriam cabíveis? Talvez nem seja possível, *“mas a esperança é a última que morre” (ditado popular)*.

4.1 A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 EM RELAÇÃO AO TRABALHO DO PROFESSOR

Referente à Lei 10.639/03, dentro do trabalho do professor em sala, ainda é muito incoerente, e muitos não possuem o conhecimento da mesma, e infelizmente não fazem o uso dela em sala de aula.

A Lei 10.639/03 que faz dez anos de existência no atual ano de 2013, e é um avanço em relação ao silêncio que se manifestado na escola, ao descomprometido no processo de escolarização de todos os sujeitos acerca da história do nosso Brasil, que somente pode ser trabalhado considerando todas as culturas que formam nosso povo brasileiro.

Reconhecendo também todos os níveis, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior. Há a mudança nos livros didáticos, surgimento de livros de literatura

infantil que trabalham a identidade, a Cultura Afro-Brasileira e novas propostas curriculares que veem as crianças na sua totalidade e especificidades.

Como consta no site do Ministério da Educação (MEC), propostas das Políticas Públicas de nosso País, também consideraram que uma boa parte dos profissionais da educação ainda tem certa resistência em relação á temática etnicorracial porque não tem o conhecimento da existência do racismo, do preconceito e da discriminação presentes no cotidiano escolar desde aos primeiros anos de nossas vidas.

A falta de informação e comprometimento com o trabalho com crianças de educação, dificulta bastante incluir no currículo escolar a temática etnicorracial.

O desinteresse é percebido pelos educadores, mas se eles estão ali para preparar cidadãos para vida social de um país, o que mais deve ser preservado é a cultura de nosso país. Que traz os negros em evidência e fortalecimento da cultura brasileira. O que não pode ser negado mais pelos professores por ser obrigatório o conteúdo *“História e Cultura Afro-Brasileira” (LDB)*.

Segundo o MEC, e as propostas apresentadas neste ano corrente de 2013, consta que faltam realmente professores qualificados para exercer a função de educador infantil, precisam de conhecimento para trabalhar com as crianças, sobre o racismo e os dados estão sempre apontando essa relação. Pois estão proporcionando audiências públicas, cursos de qualificação na área etnicorracial para qualificar os professores em decorrência da temática étnica.

E atualmente realmente medidas estão sendo tomadas para que haja modificações na rede de ensino, consta no MEC, que foram oferecidos cursos semipresencial de educação quilombola, níveis de aperfeiçoamento e capacitação, 243 professores de diversas unidades da Federação vão receber certificados no fim deste semestre. A formação foi ministrada pela Universidade Federal de Goiás (UFG), entre outubro de 2012 e maio deste ano.

Com dados do MEC 2013, ainda constam que:

[...] Dos concluintes, 152 que tinham licenciatura fizeram o curso de aperfeiçoamento, de 180 horas. Outros 91, com formação de nível médio, optaram pela capacitação, também de 180 horas. O conteúdo tratou do ensino de história da África, educação, história e cultura quilombola. Da UFG, Os cursistas receberam livro, textos e CD-ROM sobre educação etnicorracial.

Abaixo uma tabela representando as instituições que oferecem o curso:

Instituições que oferecem aperfeiçoamento em educação para as relações etnorraciais				
Estado	Instituição	Tipo de curso	Carga horária	Vagas
AL	Ufal	semipresencial	180	250
BA	UFBA	semipresencial	180	240
MG	UFJF	Semipresencial	180	150
	UFU	semipresencial	180	250
MS	UFMS	semipresencial	180	200
MT	UFMT	semipresencial	190	125
PB	UFCG	semipresencial	200	40
		presencial	285	40
PR	UFPR	semipresencial	180	360
RJ	UFF	semipresencial	180	360

Tabela 1. MEC 2013: Representando os estados e instituições, que oferecem o aperfeiçoamento sobre as relações etnicorraciais.

De acordo com o MEC, “a UFG faz parte de uma rede de dez universidades federais que oferecem cursos de capacitação a professores das redes públicas sobre relações etnicorraciais”.

Precisamos de ações como desta rede UFG, em outras regiões de nosso país. Para maior conhecimento, e entendimento dos profissionais de Educação Básica da nossa rede de ensino.

Mas há muito a se fazer em relação às questões etnicorraciais. Pois se o professor não possui o conhecimento da História do Brasil, porque este profissional pode estar atuando numa rede de ensino Infantil? Precisamos de mais medidas para esses profissionais desqualificados e desatualizados de conhecimento mundial.

Com relação à pergunta que temos feito, **quais são as contribuições que o professor pode utilizar em sua prática profissional para o enfrentamento do trabalho ao preconceito etnicorracial na Educação Infantil?** Encontramos em Rufino, (2007, p. 48 e 49), um contexto que discute a dimensão de formação docente e suas complexidades como diz:

[...] as deficiências na formação de professores e professoras e, por sua vez, refletidas na formação dos alunos, forçando-nos a pensar em criar possibilidades no sentido de trabalhar com essas importantes questões políticas e sociais com as quais, nós, professores e professoras nos deparamos ao nos formamos docentes. A questão aqui é pensar nas artimanhas, nas táticas e estratégias que encontramos para ampliar nossa proposta como educadores plurais nas relações étnico-raciais.

E realmente o levantamento que Rufino faz, se encaixa perfeitamente no contexto sobre a nossa problemática, os educadores precisam de um conhecimento amplo, atualizado e ético para uma educação coerente.

5- CAPÍTULO IV. CONTEXTO DA PROBLEMÁTICA: QUAIS SÃO AS CONTRIBUIÇÕES QUE O PROFESSOR PODE UTILIZAR EM SUA PRÁTICA PROFISSIONAL PARA O ENFRENTAMENTO DO PRECONCEITO ETNICORRACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

Nossa pesquisa buscou entender, a problemática **quais são as contribuições que o professor pode utilizar em sua prática profissional para o enfrentamento do trabalho ao preconceito etnicorracial na Educação Infantil?**

É totalmente importante o trabalho com a questão etnicorracial, dentro de sala. Os educadores são formadores de cidadãos éticos, e para isso devem priorizar as diferenças existentes no ambiente escolar.

E como está exposto no artigo 5º da Constituição Brasileira, o racismo “é crime inafiançável, e isso é aplicado a todos os cidadãos e instituições, inclusive a escola”. E aos educadores principalmente deve se manter uma postura ética, com todos, pois eles estão ali dando exemplo, então racismo jamais deveria existir perante educadores.

Em estudo de Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais, os professores de Educação Infantil precisam preservar o cuidar e o educar, pois esta etapa na vida de uma criança é muito importante, eles estão entrando num ambiente escolar, ficando menos tempo com os pais. Por isso o afeto, e o carinho são necessários (também como aponta o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI), principalmente para tentar combater o racismo. Em relação a esse contexto na formação dos profissionais, Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais, 2006, p.37 diz: “o cuidar e educar deve ser ampliada e incorporada nos processos de formação dos profissionais para os cuidados embasados em valores éticos, nos quais atitudes racistas e preconceituosas não podem ser admitidas”.

Para contribuir com a iniciação da construção da identidade da criança e a alta valorização das suas diferenças é necessário que os professores tenham a temática afro-brasileira fazendo parte do seu planejamento diário.

Diante disso, foram criados documentos que visam atender uma educação privilegiada pautada que atendam a diversidade etnicorracial, como por exemplo, a Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 que altera a LDB 9.394, com o intuito de incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Devemos valorizar e informar sobre a cultura e história dos povos negros.

Baseando-se na Lei, os professores precisam cada vez mais estarem atualizados em questão ao racismo no Brasil. Para que possam lidar e trabalhar de maneira interdisciplinar ou transdisciplinar os diversos conteúdos que possibilitam recontar uma nova história dos afrodescendentes. A proposta então cabe ao contexto escolar para que se produzam novas formas de trabalharem as relações étnicas no Brasil. Dessa forma o currículo escolar fica inserido nas possibilidades de repensarmos o cotidiano da escola.

Segundo o MEC, a inclusão de novas questões etnicorraciais na educação brasileira deverá ser um dos temas das conferências regionais que antecederão a Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014. Ou seja, pretendemos que até lá, o olhar pelas políticas públicas de nosso país seja mais senso e crítico, em relação a educação etnicorracial na Educação Básica.

Priorizando a atualidade das Políticas Públicas entramos em debate que, a CONAE, juntamente com a coordenadora-geral de Educação para as relações Etnicorraciais (MEC), está levantando a **hipótese** de que:

[...] é preciso avançar nas políticas públicas de igualdade. “Há experiências de sucesso na formação de professores, mas a maioria das universidades precisa ainda incluir conteúdos etnicorraciais nos cursos de licenciatura”, diz a coordenadora. A Lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e tornou obrigatório

o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, completa 10 anos em 2013. “Podemos avançar e colocar as questões etnicorraciais nos currículos de licenciatura e também na pós-graduação. Precisamos formar professores para que o ensino de história e da cultura afro-brasileira seja uma realidade de fato, uma política afirmativa”, (ressalta a coordenadora Ilma Fátima de Jesus).

De acordo com a coordenadora, Ilma Fátima de Jesus se essa questão for colocada em Lei 10.639/03 mesmo, vai trazer marcos para a sociedade brasileira em relação a Educação de nosso país. Vai fazer com que o nosso país enriqueça a educação igualitária, e se torne um país mais humano e sem desigualdade. É o que esperamos do nosso governo.

De acordo com as Políticas Públicas, as Leis, era visto que antigamente não se falava muito em inserir o negro nas questões curriculares do nosso país, mas hoje ainda se possui um grande avanço, devemos tomar ciência de que o MEC, atualmente está sempre em debate as questões Afro-Brasileiras e Quilombolas. Com o intuito de incluir a educação de forma mais educativa para essas crianças, e inserir o professor na atualidade do tema e das Leis afrodescendentes.

Atualmente no Brasil a LDB, em relação à Lei 10.639/03, que inclui no currículo escolar, e traz a obrigatoriedade pela temática oficial de rede de ensino, a “História e Cultura Afro-Brasileira”. Que traz um respaldo aos negros de nossa sociedade, mas que de fato ainda são menosprezados pela população brasileira. O nosso intuito é que os profissionais de educação, realmente apliquem de forma correta em suas aulas, pela valorização da história e cultura dos afrodescendentes, que são uma grande parte da população.

Isso ainda está distante de acontecer, muitos profissionais desatualizados e desinformados em relações étnicas no Brasil. Mas porque será que isso está acontecendo, falta de informação? Acreditamos que, talvez falta interesse dos profissionais de educação atuantes em um ensino de Educação Básica, e talvez falta de sensibilidade com as crianças. Prejudica os alunos descendentes africanos, que trazem características de um povo brasileiro, queira a sociedade aceitar ou não essa é a realidade, *somos todos “negros” (grifo nosso)*.

Em debate ao trabalho do professor em sala de aula, dados estão sendo levantados diante das relações etnicorraciais, como revela o estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), o sistema educacional tem conservado, ao longo dos anos, um diferencial sempre em prejuízo da população negra (IPEA, 2000).

Munanga, (2001, p. 8), afirma, e faz críticas ao professor, e aos livros didáticos, o que realmente faz a criança negra se sentir menosprezada dentro de sala, ele diz:

[...] o preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre os alunos de diferentes ascendências etnicorraciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado.

Ainda há muito que mudar em relação ao trabalho docente do professor em sala, e nas práticas pedagógicas, onde sempre predomina estereótipo branco europeu.

6- CAPÍTULO V. MÉTODO DO TRABALHO DE PESQUISA

A metodologia que utilizamos para o levantamento dos dados, que nos levaram a obtenção da realização da nossa pesquisa, foi à descritiva exploratória.

Em primeiro momento com autorização para coletar os dados, iniciamos com o estudo de caso, que é por meio da observação da pesquisa de campo, que foi realizada no Centro de Educação Municipal Infantil (CMEI) “JOÃO PEDRO DE AGUIAR”. Onde por meio de conversas com os profissionais da escola, observação de toda a rotina das crianças.

Os dados para levantamento da temática em debate “Afrodescendência: Trabalhando a Diversidade Étnico-racial na Educação Infantil”, foi constituído em responder a nossa problemática; **quais são as contribuições que o professor pode utilizar em sua prática profissional para o enfrentamento do trabalho ao preconceito etnicorracial na Educação Infantil?**

Em primeiro momento o estudo de caso, que de acordo com Nisbet e Watt (apud PESQUISA EM EDUCAÇÃO: ABORDAGENS QUALITATIVAS, 1986, p. 21), tem por finalidade que:

Caracterizam o desenvolvimento do estudo de caso em três fases, sendo uma primeira aberta ou exploratória, a segunda mais sistemática em termos de coleta de dados e a terceira consistindo na análise e interpretação sistemática dos dados e na elaboração do relatório.

A fase exploratória é a que serve de base para o objeto de estudo, que nos orienta e nos direciona, para a elaboração, e escrita do nosso relatório, para o aprofundamento de nossa pesquisa.

E qualquer informação que seja, mesmo que um dado levantado, uma crítica apontada, se tornam indispensáveis para a descrição. E para a obtenção de uma análise mais aprofundada a respeito do objeto de estudo, o nosso foco é sobre as relações etnicorraciais.

Seguindo de entrevistas com os professores, com pai de aluno negro, e questionários para ser respondido pelos mesmos, pudemos nos aprofundar cada vez mais no foco da pesquisa.

A intenção em trabalhar a coleta de dados descritiva exploratória, foi devido ao baixo custo, por gerar dados rápidos e de fonte segura, fizemos no contexto escolar público. Onde foi elaborado um questionário contendo seis perguntas e pedimos para professor, pedagogos, pais de alunos com características negras respondessem.

Com as respostas em mãos foi transcrita para a pesquisa onde os nomes das professoras e pedagogas foram mantidas em sigilos, assim criamos nomes fictícios.

Mantivemos uma postura de jovens pesquisadoras onde estávamos ali para aprender, e deixando nossos entrevistados a vontade para expor suas ideias e opiniões. Visto que agimos de forma ética e formal.

6.1 O CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL INFANTIL “JOÃO PEDRO AGUIAR”

O CMEI conta com 568 alunos, onde pelo menos 20% possuem crianças com características negras, embora todos nós “sejamos negros”, mas por se tratar de uma escola de classe média, o branco europeu predomina.

O CMEI possui uma ampla estrutura, um ambiente acolhedor de crianças que estão começando a vida escolar. Todos os recursos possíveis são prestados a estes pequenos, que precisam de todo o cuidado.

Um ambiente harmonioso, alegre, colorido, bonito e muito atrativo. Realmente ficamos encantadas com a acolhida desta instituição escolar. A instituição fica localizada em Jardim Camburi/ES, e o estereótipo branco europeu, infelizmente predomina.

Conta com poucas crianças negras, e conta com profissionais bastante responsáveis e que já possuem um currículo de grandes experiências, são profissionais que já estão a um bom tempo exercendo as diversas funções escolares.

As salas são amplas e consta com todos os recursos pedagógicos necessários para o desenvolvimento, e os alunos sentam em mesas com quatro coleguinhas o que é muito importante para a interação social deles. O que proporciona as crianças maior qualidade no ensino, e significa que a escola está preocupada com um ensino de qualidade as crianças. Observa-se que possuem bonecas negras, o que é ricamente mostrado que existem diferenças, (bonecas negras e claras), o que remete a nossa sociedade. E proporciona um olhar de mais curiosidade das crianças, e ajuda a direcioná-las ao antirracismo no ambiente escolar.



Fotografia 4. Salas de aula do CMEI “JOÃO PEDRO DE AGUIAR”

Possui um ambiente de lazer (o pátio), bastante amplo e seguro para o desenvolvimento das crianças que ali habitam diariamente, e até mesmo integralmente.



Fotografia 5. Pátio do CMEI “JOÃO PEDRO DE AGUIAR”

Alguns dos recursos pedagógicos como ilustram nas fotografias abaixo. Um espelho, os numerais, quadro, sofá, livros (alguns relacionados com as diferenças), brinquedos...



Fotografia 6. Sala de aula do CMEI “JOÃO PEDRO AGUIAR”.

O CMEI realmente conta com uma estrutura agradável aos olhos de todos, mas o que realmente importa é a qualidade de vida das crianças que ali estão situadas. E uma das coisas que chamaram muito a nossa atenção, foi o refeitório, que é muito bonito e atrativo. O ambiente é limpo e a comida de fato corresponde a um cardápio, onde os pequenos desfrutam. Pois muitas crianças ficam na escola até mesmo para uma alimentação melhor, o que talvez não possuam em casa. E desde cedo é importante criar o hábito de sentar a mesa para fazer uma refeição.

E abaixo segue a ilustração do ambiente de alimentação que todas as crianças devem ter:



Figura 7. Refeitório do CMEI “JOÃO PEDRO AGUIAR”.

O CMEI por ser uma instituição onde possuem crianças que necessitam de ficar período integral, para que os pais possam trabalhar, por isso precisa ser bem estruturado e elaborado. Para que as crianças se sintam confortáveis, não como em casa, mas que esse ambiente proporcione todos os cuidados necessários para que se sintam acolhidos.

Conta também com um local de areia, que é cercado, o que é bastante interessante, pois o ambiente é separado, do pátio, e as crianças precisam da areia para desenvolver, brincar e para que as interações sociais aconteçam. Pois um ambiente bem estruturado, toda criança necessita e tem direito.

Como pode ser visto nas fotografias que seguem, e na fotografia ao lado consegue ser visualizado com clareza:



Fotografia 8. Pátio, e área de areia do CMEI “JOÃO PEDRO DE AGUIAR”.

6.2 ANÁLISE DOCUMENTAL DO PLANO DE AÇÃO DO CMEI “JOÃO PEDRO AGUIAR” 2013

O Plano de Ação é um documento direcionado a escola, para uso restrito dos funcionários do corpo docente. No qual o gestor é o responsável pela elaboração do mesmo. Neste documento contém todo o andamento da escola no decorrente ano, que no caso a ser analisado foi o de 2013.

Tivemos acesso ao plano de ação para análise e aprofundamento de nossa pesquisa, mas o plano de ação não pode sair da instituição de ensino. E para maior entendimento do gestor e sua atuação no campo de uma instituição escolar trazemos Heloisa Luck, (2000, p. 16) que considera:

O objetivo é do gestor e do mediador do bom trabalho na instituição devendo agir como líder, e ter a consciência que sua equipe não limita apenas alunos, professores e funcionários da escola. Porém é também composta pelos pais de alunos e a comunidade, e todos em um único objetivo em prol do aprendizado do aluno. Os alunos devem trabalhar e, grupos, sendo capazes de trabalhar juntos com seus colegas e professores para adquirir habilidades necessárias para identificar problemas. “Um gestor precisa ser dinâmico social, um mobilizador, um articulador da diversidade para dar unidade e consistência, na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos”.

O gestor tem que ser uma pessoa correta, e com disponibilidade e total comprometimento com o bem estar da criança e da escola. Procurar entender seus funcionários e manter uma boa relação com os mesmos.

E o Plano de Ação analisado da instituição em pesquisa está relacionado com direcionamento público, e ainda assim a escola atende a classe média que é predominante.

Tende a relatar as normas de funcionamento da instituição, os projetos de cada grupo, quais são e como serão feitos (ou já estão em execução), de modo claro, tanto no turno matutino, quanto no vespertino são identificados no plano de ação. E todos se correlacionam entre si.

O Plano de Ação apresenta toda a proposta e desafios do ano recorrente, que foi preparado e elaborado por profissionais qualificados.

O CMEI é rico e diverso, o que favorece a oferta de atividades de qualidade. Referente à nossa temática etnicorracial, encontramos alguns dados relevantes no Plano de Ação, que devem ser aqui destacados. Consta no plano de ação, (2013, p. 3):

“Atividades Lúdicas (na casinha, no pátio, no espaço de areia, nos cantinhos das salas de aula). **Atividades de Leitura** (ciranda do livro, ciranda de música, cantinhos de sala de aula, caixas com portadores textuais...). **Atividades de Escrita** (atividades de casa e atividades de leitura). **Artes** (música e artes plásticas). **Movimento/Educação Física** (movimento, brincadeiras e resgate cultural das mesmas). **Informática** (pesquisa, construção da leitura e escrita, jogos...)”.

As atividades acima propostas pelo CMEI são de grande relevância para o desenvolvimento e aprendizagem da criança. Pois só o ambiente da sala de aula, de fato causa certo desconforto na criança. Pois está em uma faixa etária onde as brincadeiras devem sempre aparecer, de algum modo nas atividades escolares.

Conforme constam algumas atividades que o CMEI proporciona para as crianças, uma delas é “Movimento/Educação Física” (movimento, brincadeiras e resgate cultural das mesmas)”. Merece um destaque maior, pois priorizam as culturas, como músicas, brincadeiras, dentre outros. É difícil encontrar um CMEI onde as professoras de educação física se preocupam e priorizam um trabalho diferenciado. Que é de bastante relevância a nossa pesquisa. As professoras estimulam o antirracismo entre as crianças.

Outra proposta bastante interessante e relevante que a instituição traz em seu plano de ação, (2013, p. 3) é:

A Ciranda do Livro vem a cada ano se firmando como uma proposta formadora de futuros leitores. As famílias são receptivas à vista do livro em casa semanalmente e junto ao seu filho realizam a leitura e atividade relacionada à mesma. Na sala de aula, ao retornar com a leitura feita, na roda de conversa, as crianças conversem sobre a histórica lida, ficando assim, uma sugestão para o colega fazer a leitura do livro também. A atividade relacionada à leitura, já preparada no formato álbum, é enviada para casa junto do livro, a criança faz uma folha por livro lido, e assim, no final do ano o “produto final da ciranda do livro” é entregue às famílias.

A ciranda do livro é muito importante para a vida social de um ser humano. Para que habitue desde cedo o gosto pela leitura. E o hábito de ler no futuro só será de grande relevância e ajudará na melhor escrita.

E no final de cada ano letivo acontece a Mostra Cultural, (2013, p. 4):

Evento importante, pois nele apresentamos para toda comunidade escolar os trabalhos desenvolvidos em 2013. As famílias são convidadas, via convites nas agendas, e a frequência é considerada muito boa. A mostra é organizada em bancadas, onde as turminhas, professoras e estagiárias arrumam cadernos e outros materiais confeccionados ao longo do ano. Dinamizadores e grupos têm seus dias para apresentar seus trabalhos na mostra. Cada um utiliza de 3 ou mais dias para a exposição.

Outro destaque é que o Plano de Ação traz: “os dinamizadores do turno matutino além dos projetos mencionados, estarão trabalhando junto a todas as faixas etárias do CMEI o projeto Feijoada Completa”.

Esse Projeto tende a priorizar as questões etnicorraciais na Educação Básica, onde se priorizam as diferenças e por isso o nome “Feijoada Completa”, é de extrema importância e relevância uma vez que, o tema é atraente e diferente para o interesse das crianças tornando a integração maior.

E o Plano de Ação, (2013, p. 5) traz a obrigatoriedade da Lei:

“Baseado na Lei 10.639/03, que trata da obrigatoriedade da inserção do tema “Cultura e História Afro-Brasileira” na educação, serão propostas ações para os grupos de alunos baseadas em conações de histórias, pesquisas, visitas à museus e outras que retrate a cultura e tradições dos habitantes da raça negra no Brasil.

É muito relevante essa conscientização cultural, que a escola se propõe a estar elaborando com os alunos, por meio de visitas, pesquisas que tragam a informação da “História e Cultura Afro-Brasileira”, no contexto escolar.

Outra maneira de incluir no currículo escolar a temática etnicorracial é que consta no Plano de Ação, (2013 p. 6), para os grupos 4D e 5B em 2013 a diversidade contextualizará as aulas: “[...]Eu sou diferente de você, você é diferente de mim. Eu sou diferente de você e mesmo assim você vai gostar de mim.”

Como ainda consta no Plano de Ação, “dentro dos conceitos acima relacionados, será trabalhado atividades no ano letivo focando os seres diversos que somos, na cor da pele, nos gostos, na religião, nas possibilidades físicas”. A proposta que as professoras e a escola, quiseram passar com esse contexto, é que devemos respeitar as diferenças mesmo que somos todos diferentes, mas precisamos um gostar do outro. Uma forma de fácil entendimento para as crianças e muito interessante.

No próximo sexto aprofundamento, apresentaremos a visão dos professores, sobre as questões relacionadas sobre a educação etnicorracial na Educação Infantil.

6.3 A VISÃO DOS PROFESSORES

Analisando os questionários aplicados aos professores, para preservar a identidade dos devidos profissionais, usamos nomes fictícios para os professores, aqui apresentados. Foram quatro professores, que responderam o questionário.

Em relação à primeira questão, que diz:

1. O que é o racismo na sua concepção como educador da educação infantil? E de que maneira você trabalha diante dessa questão, Afro-Brasileira, em sala de aula?

Professora “Joaninha”, responde:

“Racismo= preconceito e discriminação do outro por causa de sua cor de pele ou qualquer característica da raça negra. Na educação infantil usamos histórias, vídeos, música e dança que valorizam o negro”.

Em relação ao relato desta professora, ela possui o entendimento do que é o racismo. Seguindo base na resposta dela, dentro da educação infantil ela faz o uso da Lei 10.639/03, pois usa de maneira lúdica, história, danças, vídeos e música que valorizam o negro. Para o melhor entendimento das crianças de 0 a 6 anos de idade. E sendo assim trabalhando de forma mais interessante para chamar a atenção das crianças.

Professora “Abelhinha”, responde:

“Na educação infantil, ele se manifesta na forma de evitar o toque, excluir de brincadeiras, trazer de casa conceitos de excluir o outro por ser considerado diferente dos seus padrões. Trabalhamos sempre de forma a reduzir essa discriminação e que as crianças se tratem com respeito”.

De acordo com este relato, a professora quis expressar o dia a dia da interação dessas crianças negras, em relação às outras. E não respondeu realmente o que é o racismo. Só falou que prioriza o respeito pela sociedade afro-brasileira.

Professora “Borboletinha”, responde:

“Racismo, considero que é quando o indivíduo é discriminado por causa de sua cor de pele ou etnia. Trabalho em sala de aula mostrando aos alunos que somos iguais (principalmente aos olhos de Deus) e que por dentro também o somos.”

Ela parece ter um lado mais emotivo, priorizando a questão que todos somos iguais aos olhos de Deus. Ou seja, a professora em si, relata que “considera” o que é racismo, ela mesma não sabe o que de fato é o racismo que vai além da cor da pele. E não falou dos recursos que usa para trabalhar a questão racial.

Professora “Formiguinha”, responde:

“O ato preconceituoso que segrega o outro pela cor da pele e/ou raça. Através de textos, histórias, vídeos podem informar e desmitificar essa prática que reforça a desigualdade.”

Falou bem brevemente, mas foi relevante, falou os recursos que utiliza em sala de aula, muito bem.

Em relação à segunda questão, que diz:

2- Qual a sua contribuição como professor, em sua prática educacional para o enfrentamento do preconceito etnicorracial na educação infantil?

Professora “Joaninha”, responde:

“Estabelecer nas relações o respeito às diferenças, enfrentando todo tipo de preconceito ou discriminação principalmente aquelas *“sutis” (empregou a palavra errada, grifo nosso)*”.

A professora, diz que deve ser estabelecido todo tipo de enfrentamento todo contra preconceito ou discriminação, e principalmente com aqueles alunos que quase não se manifestam, que devem ser mais observados. Mas não respondeu de forma sucinta a pergunta em questão. Não especificou sua prática docente mais detalhada.

Professora “Abelhinha”, responde:

“Sempre mediando essas questões, e este ano para firmar essa temática, estamos trabalhando em um projeto baseado na cultura afro, e a história da chegada dos negros no Brasil, suas lutas e contribuições para a cultura brasileira”.

Gostamos bastante da contribuição da professora, ela parece realmente ser uma educadora quando expõe sua contribuição, e é isso que precisamos no cotidiano escolar.

Professora “Borboletinha”, responde:

“minha contribuição como professora é mostrando valores que aprendi com minha família durante a vida, onde um desses valores é respeitar o outro independente de sua cor”.

A professora, diz que ainda pequeno no seio da sua família a criança deve ser ensinado a respeitar uns aos outros, desta maneira como já foi dito nos capítulos anteriores, a família e o primeiro grupo social onde a criança é inserida e é nela que constitui a primeira socialização e o contato com o mundo externo.

Professora “Formiguinha”, responde:

“Trabalhar e conversar de maneira aberta e franca do que pode causar e prejudicar a autoestima de quem sofre o preconceito orientar e reforçar o respeito entre todos”

De acordo com a professora, o dialogo e trabalho é o principal ato para prevenir o preconceito entre crianças, pois se os pequenos forem trabalhados e prevenidos desde cedo à sociedade crescerá de forma mais igualitária no conhecimento a respeito da temática em questão.

Em relação à terceira questão, que diz:

3- De que forma os recursos pedagógicos podem ajudar na formação da identidade das crianças negras? Os recursos tendem a colaborar com a múltipla pluralidade dentro da sala de aula?

Professora “Joaninha”, responde:

“Os recursos precisam ser criteriosamente escolhidos para ajudar efetivamente na formação das crianças negras”. Somente se bem selecionados, pois ainda predomina a classe dominante, o capitalismo e a falsa igualdade. Temos que ser bem críticos ao fazer nossas escolhas.

Ela respondeu a primeira pergunta corretamente a meu ver. Mas não disse se os recursos colaboram com as pluralidades. Não especificou quais os recursos que devem ser atribuídos as crianças negras.

Professora “Abelhinha”, responde:

“Usamos muitos livros que contribuíram, através de suas histórias, o bom entendimento da temática”.

Ela disse quais os recursos que utiliza para a temática em sala, mas não ficou bem claro a sua contribuição. Mas não especificou se realmente os recursos tendem a colaborar com a temática racial para as crianças.

Professora “Borboletinha”, responde:

“Sim. A informática e os meios áudios-visuais”.

De acordo com as duas professoras Formiguinha e Borboletinha, os recursos pedagógicos é muito importante para o desenvolvimento intelectual, físico, emocional, social e comportamental das crianças pequenas, que ainda estão em fase do seu desenvolvimento. É nessa faixa etária que as crianças começam a forma seu caráter e personalidade ainda que traga para sala de aula uma bagagem cultural proveniente do seu primeiro contato com o grupo social familiar, na qual ele é inserido, sendo assim e preciso que tenham uma educação de qualidade nessa primeira etapa da Educação Básica, os professores devem ter a sensibilidade de utilizar materiais pedagógicos para apoiar e ensinar de forma lúdica os pequenos, porque a criança aprende brincando.

Professora “Formiguinha”, responde:

“uma das formas que os recursos pedagógicos podem ajudar na formação da identidade da criança, são os livros infantis recentes onde mostram personagens negros”.

Respondeu a pergunta, porém não disse como os recursos podem colaborar com a múltipla pluralidade dentro de sala, ou seja a resposta foi incoerente.

Em relação à quarta questão, que diz:

4- O que acrescentou no seu trabalho diário com a alteração pela Lei 10.639/03? E como você reagiu diante dessa nova temática inserida no currículo escolar na Educação Infantil?

Professora “Joaninha”, responde:

“Acrescentou o fortalecimento de valores já vivenciados por mim no meu trabalho. Fico feliz com toda ação que busca um mundo mais justo e com oportunidades para todos. O respeito à diferença é fundamental nas escolas, nos currículos e na vida”.

Respondeu de forma relevante, e coerente, porém não especificou como de fato como reagiu diante da nova temática por meio da lei 10.639/03.

Professora “Abelhinha”, responde:

“Tranquilamente, foi possível tratar desses assuntos, utilizando a capoeira, as danças, os costumes, para inserir mais contextos da cultura afro”

Não explicitou o que acrescentou só responde a segunda pergunta muito bem. E mostra que de fato ela faz o uso da Lei em suas aulas.

Professora “Formiguinha”, responde:

“Faz com que seja trabalhado na totalidade, em todas as escolas e não em casos isolados. Trás a abordagem do assunto de uma maneira simples e objetiva, onde todos falem a mesma temática. Isso só vem a contribuir”.

Podemos observar que existe muito despreparo para os professores trabalharem essa temática em sala de aula, tanto na parte teórica como na prática.

Ainda existe muita resistência e falta de conhecimento da Lei 10.639/2003, como foi o caso da professora “**Borboletinha**” que nem respondeu a esta pergunta.

Em relação à quinta questão, que diz:

5- Como os alunos da Educação Infantil encaram as diferenças Afro-Brasileiras (um dos outros), em sala de aula? E quais conclusões você como professor pode levantar a respeito?

Professora “Joaninha”, respondeu:

“Bem discretamente, começa nesta faixa etária a surgir este problema, na maioria das vezes, são valores trazidos do lar. Como educador e formador de opinião exponho com clareza e objetividade a necessidade de respeitar e ser respeitado, não admito nenhuma forma de discriminação seja de qual natureza for”.

Não deixou claro como as crianças encaram o preconceito dentro de sala. A interação social um com os outros, não foi explicitada.

Professora “Abelhinha”, responde:

“Alguns trazem consigo certo preconceito com a cor, outros com a cultura afro, por questões religiosas. (Algumas falas aconteceram, “esse barulho parece macumba!”), quando mostramos uma música angolana para a turma do grupo 6.

Só respondeu a primeira pergunta, por sinal relativamente bem. E não deu continuidade, a pergunta conseguinte relacionando a mesma. É uma pena, pois acho que ela é uma profissional com competência.

Professora “Formiguinha”, responde:

“algumas crianças ainda tendem a ver a outra com diferença a chamando de pretinho ou coisa parecida. Mas em sua maioria, só passam a discriminar com a idade maior”.

Termos pejorativos e muito comuns nessa faixa etária das crianças, porém eles não são conscientes, não conhecem os significados e muitas das vezes falam na brincadeira, dessa forma é preciso fazer um trabalho contínuo e diário, elaborar projetos pedagógicos que engloba essa temática na linguagem dos pequenos facilitando o entendimento. Pois a omissão do trabalho sobre esse tema ainda na Educação Infantil poderá resultar em discriminação mais tarde.

A criança bem trabalhada na Educação Infantil ao longo dos anos forma um adulto consciente, sabendo dos seus deveres e direitos perante a sociedade.

Professora “Borboletinha”, responde:

“As crianças (0 á 6) tendem a manifestar preconceitos “aprendidos” no seio familiar. Quando a escola trata desse assunto com naturalidade, a s crianças ficam abertas a novos paradigmas, convivendo com todos sem distinção”.

Segundo a Professora, nos concordamos que muitas das vezes a criança chega à Educação Infantil provida de uma bagagem trazida do seu grupo familiar, reproduzindo na criança comportamentos negativos, contendo preconceitos étnicos, dificultando a interação com as demais crianças. A escola com olhar sensível poderá construir novos modelos metodológicos que possa adicionar e possibilitar em suas aulas diárias a temática em questão, para que assim venham construir novos valores que possibilitam essas crianças a viverem em uma sociedade igualitária sem preconceitos e descri mações.

Em relação à sexta questão, que diz:

6- Em sua opinião, tanto os profissionais da educação, quanto às crianças, e a sociedade em geral, ainda ocorre bastante preconceito etnicorracial no contexto social? E por quê?

Professora “Joaninha”, responde:

“Ainda existe muito preconceito. Foram anos, décadas, séculos de história impregnado de racismo, exploração e crescimento financeiro à custa de dominação e desumanidade. O mundo capitalista ainda impera em nosso país. Enquanto houve desigualdade social, haverá o desrespeito e o preconceito”.

Respondeu de forma, mais coerente e relevante. Concordo com a postura dela mediante a esta pergunta.

Professora “Abelhinha”, responde:

“Sim, a sociedade ainda é preconceituosa, mas os dados mais alarmantes, são os dados do IBGE que mostram a diferença social de salário, e escolaridade, de mortalidade entre negros e brancos. Na educação infantil podemos atenuar essas diferenças começando quando ainda são pequenos.

Respondeu muito bem a pergunta, levantou dados que foram relevantes para nós, porém não disse o porquê ainda possui o preconceito dentro de nossa sociedade.

Professora “Borboletinha”, responde:

“Infelizmente sim, talvez seja apenas pela ignorância do próprio ser e por sua cultura”.

Respondeu a questão, porém foi bastante breve e não pontuou de forma para agregar a nossa pesquisa de maneira positiva, para levantamento dos dados dos professores. E a nosso ver, os negros antes eram desprovidos de quaisquer direitos, tratados de formas desumanas e escravizados, e a sua luta possibilitou que eles adquirissem direitos e deveres.

Professora “Formiguinha”, responde:

“Sim, é notório que está enraizado no que a sociedade traz do passado. Mas, percebe-se que tem diminuindo, ano a ano, gradativamente”.

Não soube responder a questão perguntada, péssima contribuição.

Alguns relatos dos professores em diálogos com as pesquisadoras:

A interação das crianças com os professores não foi percebido nenhum tipo de preconceito étnico-racial, somente por relatos. No CMEI possui a professora de educação física que é negra. Segundo relato dela:

As crianças gostam muito dela, e a tratam com igualdade. Uma menina do grupo 06 negra, chegou até a professora e disse que não tinha amigos, que a rejeitavam. A professora disse então que ela queria ser amiga da aluna, pois sabendo que era muito querida pelas crianças, chegou e conversou com as crianças dizendo que as duas eram amigas. Uma criança virou e falou; ela pode até ser sua filha porque vocês tem essa mesma cor. (Professora A).

Neste presente momento que existe a Lei 10.639/03. Ouvi alguns relatos de professores sobre preconceito, tanto que uma professora nos relatou:

Que antes da Lei que ampara as crianças e adolescente, o preconceito era maior e o tratamento não era como o esperado, mas nos dias atuais, o preconceito racial diminui muito, pois ate mesmo é crime, então nem pode ocorrer isso, e somos educadoras, devemos valorizar as diferenças. E muitas vezes percebemos que o preconceito vem da família das crianças, e nem sempre entre as próprias crianças em suas interações. (Professora B).

Em relação a todos os dados aqui apresentados por questionários ou pequenos relatos de professoras. Podemos concluir que embora possuam profissionais a muitos anos em atuação no campo da educação infantil, estão desprovidos de informação, legislação, e ainda tem dificuldades de trabalhar recursos pedagógicos para essas crianças. Mesmo com tantos cursos de capacitação que a rede de Vitória os oferece.

É mesmo falta de interesse dos professores, pois as atualidades estão ai indo e vindo, o MEC é exemplo disso, toda a atualidade do contexto escolar, lá está sempre sendo inserida.

6.4 A VISÃO DOS PAIS

Apenas uma família nos disponibilizou em responder o questionário. E mesmo assim com muito desleixo, começando de caneta azul, depois a caneta provavelmente falhou, utilizou o lápis e mal respondeu. Mesmo o tema sendo muito importante para a família e seu filho, deveriam ter prazer em responder, e ver que tem pessoas que se interessam pela temática etnicorracial. E para a preservação mais uma vez, utilizaremos o nome fictício. A mãe e o pai são bastante atualizados, e possuem nível superior, ambos são negros.

Em relação à primeira questão, que diz:

1. O seu filho sofre, ou já sofreu algum preconceito por ser negro? Se sim, quais foram às causas na vida dele (a)? Mamãe “Coruja”, responde: “Não sofreu ainda, porque o racismo acontece sempre de forma implícita. É muito difícil até mesmo por questões legais. Mas é comum entre uma criança negra e uma loira a criança branca ser mais elogiada. Se achar mais bonita a criança loira. As crianças fazem sem pensar ou por preconceito mesmo”.

Essa realmente é uma realidade, que observamos no dia a dia em muitos lugares pelos quais andamos. Pelo menos o filho dela ainda não sofreu preconceito, ou ainda não se foi percebido.

Em relação à segunda questão, que diz:

2. Em sua opinião o trabalho do professor (a) é relevante diante da questão do racismo em sala de aula? Como é a relação do seu filho (a) com o professor

(a)? Mamãe “Coruja”, responde: “Sim. Para o professor é importante valorizar o que não se valoriza, como por exemplo, os cabelos, valorizar os penteados a opção de deixar os cabelos crescer ou não. A relação do meu filho é ótima”.

Gostamos do pensamento da mãe, mas muitas vezes isso não acontece realmente. E que bom que o professor (a) do seu filho o trata igualmente.

Em relação à terceira questão, que diz:

3. Como é a relação do seu filho (a), com as outras crianças? Algum coleguinha já o questionou pelas suas origens afrodescendentes? Se sim, você pode relatar? Mamãe “Coruja”, responde: “A relação é maravilhosa, por conta da sua faixa etária ainda não”. Realmente nos impressionou, ou o preconceito está embutido de alguma forma, e ela deve confiar bastante na escola.

Em relação à quarta questão, que diz:

4. Os negros ainda sofrem preconceito com frequência pela sociedade brasileira, ou isso diminuiu? Dê sua opinião a respeito. Mamãe “Coruja”, responde: “Com certeza ainda sofrem muito preconceito, não diminuiu e ainda precisa se fazer um trabalho muito grande. Sou a favor das cotas justamente para minimizar essas questões. O negro ainda é visto como marginal, pobre, sem cultura”. As cotas não são as únicas medidas a serem tomadas, ainda precisamos lutar muito por um país mais justo. E realmente o negro é tido com termos pejorativos ainda.

Em relação à quinta questão, que diz:

5. A família e a escola precisam trabalhar em parceria. Vocês colaboram com a escola? Ou jogam a responsabilidade de tudo sob a escola? E a escola, colabora com vocês pais? Mamãe “Coruja”, responde: “O que precisa é um maior fortalecimento dos conselhos de escola. A gestão democrática deve estar mais

presente no dia a dia das escolas. Eu colaboro sim com a escola, não deixo todas as responsabilidades em cima da escola e o retorno da escola é muito bom”. Isso significa que ela é uma mãe presente, e que entende que cada um tem o seu papel na vida da criança, tanto a família quanto a escola.

Em relação à sexta questão, que diz:

6. A questão racial devia ser mais trabalhada, pela escola e pelos professores?

Os professores encaram essa realidade com respeito e importância? Mamãe

“Coruja”, responde: “Sim, sem dúvida. Na verdade os professores não percebem a importância desse tema. Gostamos da abordagem dela simples e direta. Realmente é o que precisamos da questão racial ser mais trabalhada”.

Em relação à sétima questão, que diz:

7. Em sua opinião, o professor contribui na prática educacional para o enfrentamento do preconceito etnicorracial na educação infantil? Argumente.

Mamãe “Coruja”, responde: “Sim. Se o professor tratar as crianças negras com respeito valorizando suas características as outras crianças aprenderão a respeitar também”. Ela está correta, os professores devem tratar todas as crianças igualmente.

Em relação à oitava questão, que diz:

8. O que você acha que acrescentou no trabalho do professor diário, referente à nova lei 10.639/03 que inclui no currículo escolar a temática: “História e Cultura Afro-brasileira”, dentro da educação infantil? Mamãe “Coruja”, responde:

“Ainda não sei”.

Nessa pergunta imaginamos que não iriam ter conhecimento necessário para respondê-la, pois nem mesmo alguns professores têm.

Como só uma família respondeu ficou um pouco difícil à obtenção dos dados para nossa pesquisa, em relação o que pensam e fazem os pais com relação ao preconceito etnicorracial, para com seus filhos.

7- CAPÍTULO VI. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mesmo com poucas crianças de características africanas que tivemos a oportunidade de observar tem certo bloqueio com as outras crianças. São mais retidos e quietos, e muitas vezes ficam de cabeça baixa na sala de aula, e ficam a todo o tempo nos olhando como se estivessem constrangidos e acuados com a nossa presença.

O que se percebeu é que eles mesmos ficam coagidos e com medo de serem menosprezados pela sociedade, eles se omitem e reprimem, sem antes ocorrer o preconceito. De tanto medo, do que a sociedade já impõe sob eles.

A interação que foi percebida na hora das brincadeiras de pátio é bastante curiosa, pois as crianças negras têm brincadeiras do tipo: fazer careta, como estivesse imitando certo animal, fazendo sons de leão e correndo a traz das outras crianças a fim de transmitir medo. E todas as crianças correm. É uma brincadeira comum entre as crianças, mas infelizmente só observamos uma criança negra, brincando assim.

E em relação a nossa problemática, **quais são as contribuições que o professor pode utilizar em sua prática profissional para o enfrentamento do trabalho ao preconceito etnicorracial na Educação Infantil?** Podemos constatar que falta muito ainda para incluir a obrigatoriedade da Lei 10.639/03 em sala de aula.

O trabalho do professor é relevante, mas no contexto das relações étnicas, pois muitos não possuem o conhecimento sobre a obrigatoriedade da Lei que inclui no currículo da Rede de Ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Se obtivessem, os conhecimentos saberiam responder as questões de nosso questionário corretamente, e com um vocabulário melhor. Uma professora deixou

em branco a pergunta referente à Lei 10.639/03 que inclui a Cultura dos negros, ou seja, ela não conhece, ou não sabe escrever sobre a Lei.

Em que mundo que vivemos ainda? Como pensar em ver nossos filhos em uma escola onde os professores não possuem total conhecimento das diferenças, atualidades, da inclusão de todos por uma educação igualitária? Pensamos que não.

Não fazem por meio de obter o conhecimento, procurar se inteirar sobre a temática etnicorracial, pois se não aceitam uma criança negra dentro de sala de aula, se possui preconceito contra a mesma, não tem porque ser educador de nenhuma rede de ensino, muito menos de Educação Infantil.

Infelizmente lutaremos muito por um país mais justo, digno, ético e sem desigualdade social. E se as Políticas Públicas não contribuírem para a inclusão das questões etnicorraciais. Infelizmente o país vai *“vagando” assim... (grifo nosso)*.

As nossas crianças, que são o futuro do país, estão tendo uma educação medíocre e repugnante com professores desqualificados. Precisamos reforçar a luta pelo enfrentamento do preconceito etnicorracial na Educação Infantil.

8- CAPÍTULO VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor tem o papel fundamental na vida dos alunos, pois ele tem a função de mediador da temática em questão. Sendo que deverá sempre existir uma relação de respeito e ética entre o professor e aluno.

A temática deve ser transmitida em forma de diálogo, pois ele deverá conter diferentes formas de pensamentos, porém a valorização da cultura e história Afrobrasileira de ambas as partes, tanto para o educador quanto para o aluno.

O foco principal deve ser sempre de uma educação de qualidade e igualitária, onde o objetivo seja a transmissão de conhecimentos etnicorraciais que produz atitudes, mudança de valores, sujeitos que possam adquirir uma consciência e respeito às diversas pluralidades existentes na sociedade, e valorização da cultura africana da nação brasileira.

Em relação a nossa problemática, **quais são as contribuições que o professor pode utilizar em sua prática profissional para o enfrentamento do trabalho ao preconceito etnicorracial na Educação Infantil?**

O professor precisa contribuir com o ensino da História e Cultura dos Negros, dentro de seus planos de aula diários. E por isso, o nosso objetivo foi contribuir com diálogos e troca de opiniões para que sensibilize os professores, para intervir em suas práticas pedagógicas no seu dia a dia para o enfrentamento do trabalho ao preconceito etnicorracial na Educação Infantil.

A escola devia disponibilizar mais projetos que tenham a temática afrodescendência, pois faz com que os alunos conheçam as múltiplas diversidades existentes na escola, e com oportunidades de conhecer um pouco da história dos afrodescendentes, assim formará alunos conhecedores de sua história e pessoas mais conscientes e livres de preconceitos. Logo não praticará o ato de discriminar o outro devido a sua diferença cultural e étnica.

A pesquisa nos proporcionou um grande aprendizado para nossa vida acadêmica e profissional, nos permitiu observar e conhecer o trabalho do professor em sala. Mas principalmente os recursos que eles dispõem para tratar da questão etnicorracial, alguns sim outros não. E essa questão com certeza vai fazer diferença na nossa vida profissional.

REFERÊNCIAS

AIRES, Philippe. **História Social da criança e da família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 1981. Disponível em:

<<http://www.faroldoconhecimento.com.br/livros/Educa%C3%A7%C3%A3o/PHILIPPE-ARIES-Historia-social-da-crianca-e-da-familia.pdf>> Acesso em: 20 de Junho de 2013.

ANDRADE, Rufino Gomes Patrícia. **A educação na comunidade de Monte ALEGRES em suas práticas de construção da cultura popular negra**. Vitória, 2007.

BRASIL, MEC. **Orientações e ações para a educação das relações etnicorraciais**. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto. 2011.

CONAE, MEC. **Conferência debaterá inclusão de questões raciais na educação**. Brasília, 2013. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18498:conferencia-debatera-inclusao-de-questoes-raciais-na-educacao&catid=372&Itemid=86> Acesso em: 07 março 2013.

GLOBO NOTÍCIAS. **Região dos Lagos Noticias, Rio das Ostras**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2013/05/abolicao-da-escravatura-ganha-exposicao-em-rio-das-ostras-rj.html>> Acesso em: 13 maio 2013.

JUNIOR, Silva Hédio; BENTO, Silva Aparecida Maria; CARVALHO, de Pereira Silvia. **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. São Paulo, Centro

de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT Instituto Avisa Lá - Formação Continuada de Educadores, 2012. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11284&Itemid=> Acesso em: 01 junho 2013.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Brasília, 2006, Lei número 9.394, de 1996.

LUCCI, Marcos A. **Proposta de Vygotsky: A psicologia sócio-histórica**. 3. Ed. São Paulo: Ed, FINTEC.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUKE, Heloísa. **Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores**. 2000. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/cibec>> Acesso: 22 maio 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2 ed, 1 reimp. Brasília, 2008.

NASCIMENTO, Larkin Elisa. **Cultura em movimento: Matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. 2 volume SAMPA: SELO NEGRO, 2001. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=V7HtfyIG00MC&pg=PA268&dq=afrodescendncia+na+educa%C3%A7%C3%A3o+infantil&hl=ptBR&sa=X&ei=jxuUUYn3Gly29gS694FA&ved=0CDUQ6AEwAQ#v=onepage&q=hist%C3%B3ria&f=false>> Acesso em: 18 de maio 2013.

NOTÍCIAS, Construir. **O direito de ser criança**. Nº12 Recife: ED, Construir, 2003.

NOTÍCIAS, Construir. **Relações etnicorraciais**. Nº28 Recife: ED, Construir, 2006.

NÚCLEO DE ESTUDOS NEGROS/NEM. **Os negros e a escola brasileira.** Florianópolis, 1999.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo; Cortez, 2010.

PALMARES, Marcha Zumbi. **Contra o racismo, pela cidadania e pela vida.** 20 de novembro de 1995.

REVISTA, Istoé. **Traição e Caixa 2.** Brasil, ano 37, nº 2265, 2013.

THOMAS, Skidmore E. **Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** 2 ed, Rio de Janeiro, 1989.

UNICEF, Vídeo. **Campanha Infância sem Racismo.** Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=BfkZLkSHWR8>> Acesso em 18 de Abril.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL



FACULDADE COMUNITÁRIA DE PEDAGOGIA DA SERRA MANTIDA PELO INSTITUTO ENSINAR BRASIL

Credenciada pela Portaria 1.245, de 5 de agosto de 1999.

Curso de **PEDAGOGIA (Licenciatura)**

Reconhecido pela Portaria nº 344 de 1º de fevereiro de 2005.

Renovação de Reconhecimento Portaria nº 286 de 21 de dezembro de 2012

Questionário Elaborado pelas alunas do 8º Período de Pedagogia, em conclusão da construção do TCC, cujo tema em debate é: Afrodescendência: Trabalhando a Diversidade Etnicorracial na Educação Infantil.

Professores

1. O que é o racismo na sua concepção como educador da educação infantil? E de que maneira você trabalha diante dessa questão, Afro-Brasileira, em sala de aula?

2. Qual a sua contribuição como professor, em sua prática educacional para o enfrentamento do preconceito etnicorracial na educação infantil?

3. De que forma os recursos pedagógicos podem ajudar na formação da identidade das crianças negras? Os recursos tendem a colaborar com as múltiplas pluralidades dentro da sala de aula?

4. O que acrescentou no seu trabalho diário com a alteração pela Lei 10.639/03? E como você reagiu diante dessa nova temática inserida no currículo escolar na educação infantil?

5. Como os alunos da educação infantil encaram as diferenças afro-brasileiras (um dos outros), em sala de aula? E quais conclusões você como professor pode levantar a respeito?

6. Em sua opinião, tanto os profissionais da educação, quanto às crianças, e a sociedade em geral, ainda ocorre bastante preconceito contra etnicorracial no contexto social? E por quê?

As considerações aqui apresentadas serão de uma agregação exemplar e muito importante, para o nosso Trabalho de Conclusão de Curso. Por isso agradecemos pela colaboração, paciência e aprendizado que obtivemos.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AO PAI



FACULDADE COMUNITÁRIA DE PEDAGOGIA DA SERRA MANTIDA PELO INSTITUTO ENSINAR BRASIL
 Credenciada pela Portaria 1.245, de 05 de agosto de 1999.
 Curso de **PEDAGOGIA (Licenciatura)**
 Reconhecido pela Portaria nº 344 de 1º de fevereiro de 2005.
 Renovação de Reconhecimento Portaria nº 286 de 21 de dezembro de 2012

Questionário Elaborado pelas alunas do 8º Período de Pedagogia, em conclusão da construção do TCC, cujo tema em debate é: Afrodescendência: Trabalhando a Diversidade Etnicorracial na Educação Infantil.

Pais

1. O seu filho (a) sofre, ou já sofreu algum preconceito por ser negro? Se sim, quais foram as causas na vida dele (a)?

2. Em sua opinião o trabalho do professor (a) é relevante diante da questão do racismo em sala de aula? Como é a relação do seu filho (a) com o professor (a)?

3. Como é a relação do seu filho (a), com as outras crianças? Algum coleguinha já o questionou pelas suas origens afrodescendentes? Se sim, você pode relatar?

4. Os negros ainda sofrem preconceito com frequência pela sociedade brasileira, ou isso diminuiu? Dê sua opinião a respeito.

5. A família e a escola precisam trabalhar em parceria. Vocês colaboram com a escola? Ou jogam a responsabilidade de tudo sob a escola? E a escola, colabora com vocês pais?

6. A questão etnicorracial devia ser mais trabalhada, pela escola e pelos professores? Os professores encaram essa realidade com respeito e importância?

7. Em sua opinião, o professor contribui na prática educacional para o enfrentamento do preconceito etnicorracial na educação infantil? Argumente.

8. O que você acha que acrescentou no trabalho do professor diário, referente a nova lei 10.639/03 que inclui no currículo escolar a temática: “História e Cultura Afro-brasileira”, dentro da educação infantil?

As considerações aqui apresentadas serão de uma agregação exemplar e muito importante, para o nosso Trabalho de Conclusão de Curso. Por isso agradecemos pela colaboração, paciência e aprendizado que obtivemos.

APÊNDICE C - A LEI 10.639/03



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

ANEXO D – DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição e de acordo com o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

DECRETA:

Art. 1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O INCRA deverá regulamentar os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, dentro de sessenta dias da publicação deste Decreto.

§ 2º Para os fins deste Decreto, o INCRA poderá estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não-governamentais e entidades privadas, observada a legislação pertinente.

§ 3º O procedimento administrativo será iniciado de ofício pelo INCRA ou por requerimento de qualquer interessado.

§ 4º A autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.

Art. 4º Compete à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir os direitos étnicos e territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos de sua competência legalmente fixada.

Art. 5º Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto.

Art. 6º Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

Art. 7º O INCRA, após concluir os trabalhos de campo de identificação, delimitação e levantamento ocupacional e cartorial, publicará edital por duas vezes consecutivas no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localiza a área sob estudo, contendo as seguintes informações:

- I - denominação do imóvel ocupado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos;
- II - circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel;
- III - limites, confrontações e dimensão constantes do memorial descritivo das terras a serem tituladas; e
- IV - títulos, registros e matrículas eventualmente incidentes sobre as terras consideradas suscetíveis de reconhecimento e demarcação.

§ 1º A publicação do edital será afixada na sede da prefeitura municipal onde está situado o imóvel.

§ 2º O INCRA notificará os ocupantes e os confinantes da área delimitada.

Art. 8º Após os trabalhos de identificação e delimitação, o INCRA remeterá o relatório técnico aos órgãos e entidades abaixo relacionados, para, no prazo comum de trinta dias, opinar sobre as matérias de suas respectivas competências:

- I - Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN;
- II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- III - Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- IV - Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
- V - Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;
- VI - Fundação Cultural Palmares.

Parágrafo único. Expirado o prazo e não havendo manifestação dos órgãos e entidades, dar-se-á como tácita a concordância com o conteúdo do relatório técnico.

Art. 9º Todos os interessados terão o prazo de noventa dias, após a publicação e notificações a que se refere o art. 7º, para oferecer contestações ao relatório, juntando as provas pertinentes.

Parágrafo único. Não havendo impugnações ou sendo elas rejeitadas, o INCRA concluirá o trabalho de titulação da terra ocupada pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Art. 10. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, o INCRA e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão as medidas cabíveis para a expedição do título.

Art. 11. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa de fronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado.

Art. 12. Em sendo constatado que as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidem sobre terras de propriedade dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o INCRA encaminhará os autos para os entes responsáveis pela titulação.

Art. 13. Incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, será realizada vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção dos atos necessários à sua desapropriação, quando couber.

§ 1º Para os fins deste Decreto, o INCRA estará autorizado a ingressar no imóvel de propriedade particular, operando as publicações editalícias do art. 7º efeitos de comunicação prévia.

§ 2º O INCRA regulamentará as hipóteses suscetíveis de desapropriação, com obrigatória disposição de prévio estudo sobre a autenticidade e legitimidade do título de propriedade, mediante levantamento da cadeia dominial do imóvel até a sua origem.

Art. 14. Verificada a presença de ocupantes nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, o INCRA acionará os dispositivos administrativos e legais para o reassentamento das famílias de agricultores pertencentes à clientela da reforma agrária ou a indenização das benfeitorias de boa-fé, quando couber.

Art. 15. Durante o processo de titulação, o INCRA garantirá a defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos nas questões surgidas em decorrência da titulação das suas terras.

Art. 16. Após a expedição do título de reconhecimento de domínio, a Fundação Cultural Palmares garantirá assistência jurídica, em todos os graus, aos remanescentes das comunidades dos quilombos para defesa da posse contra esbulhos e turbações, para a proteção da integridade territorial da área delimitada e sua utilização por terceiros, podendo firmar convênios com outras entidades ou órgãos que prestem esta assistência.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares prestará assessoramento aos órgãos da Defensoria Pública quando estes órgãos representarem em juízo os interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos do art. 134 da Constituição.

Art. 17. A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2º, **caput**, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas.

Art. 18. Os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, encontrados por ocasião do procedimento de identificação, devem ser comunicados ao IPHAN.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares deverá instruir o processo para fins de registro ou tombamento e zelar pelo acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Art. 19. Fica instituído o Comitê Gestor para elaborar, no prazo de noventa dias, plano de etnodesenvolvimento, destinado aos remanescentes das comunidades dos quilombos, integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado:

I - Casa Civil da Presidência da República;

II - Ministérios:

a) da Justiça;

b) da Educação;

c) do Trabalho e Emprego;

d) da Saúde;

e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;

f) das Comunicações;

g) da Defesa;

h) da Integração Nacional;

i) da Cultura;

j) do Meio Ambiente;

k) do Desenvolvimento Agrário;

l) da Assistência Social;

m) do Esporte;

n) da Previdência Social;

o) do Turismo;

p) das Cidades;

III - do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

IV - Secretarias Especiais da Presidência da República:

a) de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

b) de Aquicultura e Pesca; e

c) dos Direitos Humanos.

§ 1º O Comitê Gestor será coordenado pelo representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

§ 2º Os representantes do Comitê Gestor serão indicados pelos titulares dos órgãos referidos nos incisos I a IV e designados pelo Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

§ 3º A participação no Comitê Gestor será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 20. Para os fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura.

Art. 21. As disposições contidas neste Decreto incidem sobre os procedimentos administrativos de reconhecimento em andamento, em qualquer fase em que se encontrem.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares e o INCRA estabelecerão regras de transição para a transferência dos processos administrativos e judiciais anteriores à publicação deste Decreto.

Art. 22. A expedição do título e o registro cadastral a ser procedido pelo INCRA far-se-ão sem ônus de qualquer espécie, independentemente do tamanho da área.

Parágrafo único. O INCRA realizará o registro cadastral dos imóveis titulados em favor dos remanescentes das comunidades dos quilombos em formulários específicos que respeitem suas características econômicas e culturais.

Art. 23. As despesas decorrentes da aplicação das disposições contidas neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na lei orçamentária anual para tal finalidade, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revoga-se o Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001.

Brasília, 20 de novembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Gilberto Gil

Miguel Soldatelli Rossetto

José Dirceu de Oliveira e Silva

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm